

Relatório da Administração Oi SA 2013

1 – Mensagem aos Acionistas

O Brasil tem um mercado muito atraente, com uma população da ordem de 200 milhões de pessoas e cerca de 63 milhões de domicílios, com uma renda crescente, queda nas taxas de desemprego e uma classe média em ascensão. Neste contexto, acreditamos que o Brasil apresenta diversas oportunidades de crescimento no setor de telecomunicações. Atualmente, a penetração em alguns serviços, como banda larga fixa e TV paga, ainda apresentam um potencial significativo de crescimento, se comparado a outros mercados mais desenvolvidos. Na mobilidade, apesar de termos no Brasil uma penetração de telefones móveis acima de 100%, a penetração de internet móvel e smartphones ainda é baixa, o que confirma a existência de um mercado atrativo para investimentos em escala nacional. Além disso, em função das características geográficas do Brasil, a penetração e o potencial de desenvolvimento variam bastante de região para região.

Dentro deste cenário de telecomunicações no Brasil, a Oi S.A. (“Oi” ou “Companhia”) possui um posicionamento diferenciado, com escala e presença únicas para liderar este processo de aumento de penetração e capturar as oportunidades de expansão em áreas com maior potencial de crescimento. A Companhia conta com aproximadamente 330 mil km de fibra ótica instalada, distribuída por todos os estados brasileiros, atendendo a cerca de 12 milhões de residências com serviços de voz e internet em cerca de 4.800 municípios. Além disso, nossa rede wifi conta com mais de 520 mil hotspots em todo o país.

Para aproveitar as oportunidades deste mercado e manter uma trajetória sustentável de crescimento nos próximos anos definimos uma estratégia apoiada em três principais pilares:

1. Consolidação do modelo de negócios, com estratégias bem definidas e claras para cada segmento, alavancando a convergência dos nossos serviços e a oferta de produtos inovadores, além do foco na qualidade das vendas, para garantir um crescimento rentável.
2. Busca pela excelência operacional, com gestão de infraestrutura focada no tripé rede, operações e TI, através de diversas iniciativas que visam a eficiência dos nossos processos e a gestão da experiência do cliente para garantir uma prestação de serviços de alta qualidade.
3. Disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa, a melhor alocação de investimentos, a redução dos custos operacionais e a rentabilização do nosso negócio.

Destaques do Resultado de 2013

Em 2013, a Oi deu continuidade a implantação de plano estratégico com foco na qualidade das vendas, fidelização dos clientes e rentabilização da base, que atingiu, no final do ano, 74,5 milhões de UGRs.

No segmento Residencial, implementamos um maior foco na qualidade da venda e dos serviços e demos prioridade ao crescimento de banda larga fixa através das estratégias de convergência visando a fidelização da base de telefonia fixa e estamos agora redesenhando as ofertas de TV paga. No ano, tivemos aumento na penetração das ofertas convergentes (*multiple-play*), redução de *churn* e conseqüente aumento de ARPU (receita média por usuário), resultando em um crescimento de 3,3% na receita do segmento.

No segmento de Mobilidade Pessoal, tivemos crescimento da receita de serviços com destaque para receita de dados e recargas no pré-pago, que atingiu nível recorde no trimestre. Este desempenho reflete o enfoque colocado no desenvolvimento de novos planos e promoções no pré-pago, nomeadamente o "Oi Galera" e o "Tudo por dia", os quais incorporam características de consumo ilimitado bem como a possibilidade de incluir o consumo de SMS e de dados. O crescimento da receita total em Mobilidade Pessoal foi parcialmente compensado pela queda das tarifas de interconexão (VUM).

Já no segmento Corporativo/PMEs, os esforços da Companhia se concentraram no processo de reestruturação do modelo de negócio com o objetivo de voltar a crescer de forma sustentável. O foco na qualidade das vendas e dos serviços oferecidos bem como a reestruturação dos canais já mostrou um impacto inicial nas vendas com melhora do *churn* e aumento do ARPU.

Com isso, a Companhia encerrou 2013 com receita líquida de R\$28,4 bilhões e o EBITDA totalizou R\$9,6 bilhões. O lucro líquido ficou em R\$1,5 bilhão e os investimentos totais somaram R\$6,3 bilhões. A dívida bruta da Oi fechou o ano em R\$34,4 bilhões enquanto a dívida líquida ficou em R\$30,4 bilhões. O enfoque da Oi na disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa, com base numa melhor alocação de investimentos e na redução dos custos operacionais, já foi visível no decurso do ano com uma redução significativa da tendência de aumento do endividamento.

Vale destacar que o ano de 2013 também registrou avanços importantes para a Companhia no âmbito da sustentabilidade. A Oi integrou pelo sexto ano consecutivo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBOVESPA. Além disso, a Companhia passou a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade da NYSE, na categoria "Mercados Emergentes".

Em Outubro de 2013 a Oi e a Portugal Telecom anunciaram a celebração de um memorando de entendimento para a união de suas atividades. A operação é uma evolução natural da aliança industrial entre as duas operadoras iniciada em 2010 e permitirá acelerar o desenvolvimento da companhia, além de ser um passo relevante no processo de aprimoramento da governança corporativa da Oi, com a simplificação da estrutura societária, a pulverização do controle e a migração de suas ações para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que é um segmento diferenciado com os mais altos padrões de governança. A entidade combinada terá, numa base proforma à data do anúncio da transação, mais de 100 milhões de clientes, e cerca de R\$37 bilhões de receitas e R\$13 bilhões de EBITDA sendo uma das 20 maiores empresas de telecomunicações no mundo.

Ao fim, o nosso objetivo para o próximo ano é continuar desenvolvendo todas as iniciativas do turnaround buscando atingir excelência operacional como um diferencial estratégico para capturar as oportunidades de crescimento que o mercado brasileiro oferece, prestando serviços convergentes, diferenciados e de qualidade para os nossos clientes com base na extensa capilaridade da nossa rede de telecomunicações fixa e móvel e da nossa presença em todo o Brasil.

2 – Conjuntura Econômica

O desempenho da economia global superou expectativas em 2013.

Nos Estados Unidos, a então esperada retomada gradual do crescimento econômico deu lugar a um desempenho acima das expectativas dos principais indicadores, em especial do mercado de trabalho e PIB, o que suportou a decisão do FED em anunciar o início da retirada dos estímulos da economia a partir de janeiro/14.

Na Europa, o ano de 2013 foi marcado pelo início da reversão de um panorama recessivo e pela retomada gradual da atividade econômica. Apesar de ainda mostrar contração em 2013, sem dúvida foi pavimentado o caminho para o crescimento da economia da zona do Euro em 2014.

Quanto à China, importante motor da economia global, o chamado “*hard landing*”, não aconteceu e o PIB do país manteve-se estável em 2013 quando comparado com o ano anterior.

O cenário favorável da economia global contribuiu para uma maior aversão ao risco dos investidores e, conseqüentemente, um movimento de menor liquidez global para os mercados emergentes. A especulação sobre a retirada dos estímulos monetários da economia norte-americana marcou o desempenho dos mercados ao longo de todo o segundo semestre de 2013, detonando um movimento global de valorização do dólar em relação às moedas em geral e às de mercados emergentes, principalmente o Real.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar trouxe um novo componente de risco ao já deteriorado cenário prospectivo para a inflação brasileira. Importante ressaltar que este cenário já vinha sendo pressionado pela manutenção de uma política fiscal expansionista e por um mercado de trabalho ainda aquecido (baixos índices de desemprego), o que manteve a inflação de serviços em um patamar desconfortável. Apesar da elevação da Selic em 275 *basis* points para 10,0% a.a. pelo Banco Central para combater tais pressões inflacionárias, o IPCA de 2013 (5,91%) foi superior ao do ano anterior (5,84%).

O cenário de maior inflação foi acompanhado pelo crescimento da economia abaixo das expectativas em 2013. Após um forte crescimento de 1,8% no 2T13, o PIB brasileiro apresentou redução de 0,5% no 3T13, face ao impacto da menor confiança dos empresários, afetando o grau de investimentos da economia. Até o momento da

divulgação deste relatório não havia ocorrido a divulgação dos números do 4T13, muito embora haja indícios de que a economia brasileira encerre 2013 com um crescimento ligeiramente acima de 2%.

O ano de 2014 deve trazer desafios adicionais. A esperada recuperação da economia global deve manter escasso o fluxo de capitais para o Brasil, o que pode ser agravado pela situação fiscal do país em ano de eleição presidencial e por especulações em relação a até que ponto tal situação pode vir a contribuir para um *downgrade* do *rating* de risco soberano brasileiro. O Real depreciado mantém aceso o risco inflacionário e, mais uma vez espera-se que o IPCA siga em torno dos níveis de 6% em 2014 e 5,60% em 2015, ainda não convergindo para a meta. Para os demais indicadores da economia, o boletim FOCUS aponta para um PIB de 2% em 2014 e 2,5% em 2015, Dólar encerrando a R\$2,45 em 2014 (R\$2,50 em 2015) e Selic a 10,75% ao final de 2014 (11,50% em 2015).

3 - O Setor de Telecomunicações em 2013

No final de agosto de 2013, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou cerca de 350,6 milhões, representado por 44,5 milhões de linhas fixas em serviço, 268,4 milhões de usuários móveis, 20,4 milhões de acessos de internet em banda larga fixa e 17,3 milhões de usuários de TV por assinatura. A evolução de 2,8% que corresponde a milhões de acessos em relação a 2012 foi motivada principalmente pelas expressivas adições líquidas do segmento de produtos móvel.

Telefonia Fixa

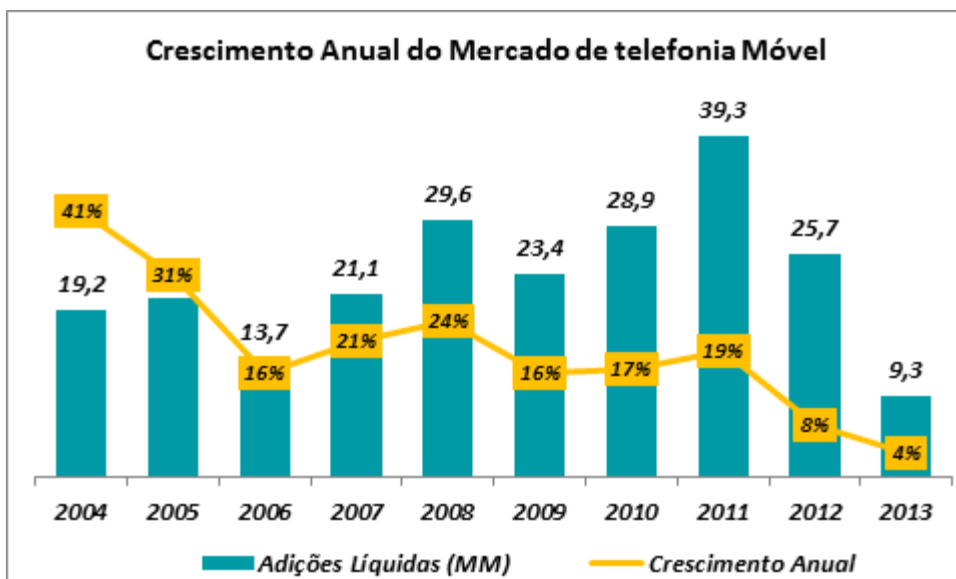
O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2013(*) 44,5 milhões de linhas em serviço, evolução de 0,4% sobre dez/12. Este encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

As concessionárias de telefonia fixa representavam 66% do total dos acessos fixos em serviço em 2013(*).

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a agosto de 2013

Telefonia Móvel

Com 271,1 milhões de usuários em dezembro de 2013 e taxa de penetração de 136,4% sobre a população, o mercado de telefonia móvel brasileiro apresentou crescimento expressivo por mais um ano. As adições líquidas em 2013 somaram 9,3 milhões de usuários, refletindo crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 78,0% do total de usuários móveis em dezembro de 2013 (80,5% em 2012), enquanto no pós-pago os usuários representaram 22,0% do total da base móvel.



Banda Larga Fixa

O mercado de acesso à internet através da banda larga fixa manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2013. Ao final de 2013(*), a base de usuários atingiu cerca de 20,9 milhões de acessos, revelando crescimento de 11,1% frente a 2012 (dezembro), o que representou 2,1 milhões de novos usuários.

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a novembro de 2013

TV por Assinatura

Em novembro de 2013, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma evolução de 1,8 milhões, um crescimento de 11,3% no ano de 2013 (27,0% em 2012). Ao fim de novembro de 2013, os acessos de TV por assinatura totalizaram 18 milhões de assinantes.

Tal evolução, por mais um ano, foi impulsionada pelo crescimento dos pacotes voltados para as camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, onde ainda existe forte potencial de mercado no país. A taxa de penetração relativamente ao total de habitantes atingiu 29% (27% em 2012), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 72,5% dos novos usuários, seguido pela tecnologia a cabo, com 34,1%. Cabe ressaltar que as novas entrantes do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

Cenário Regulatório

- Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados

A assinatura dos novos Contratos de Concessão ocorreu somente na data de 30 de junho de 2011, em virtude das discussões relativas à proposta de novo Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), marcadas por divergências quanto aos impactos econômico-financeiros decorrentes do atendimento das metas propostas e, especialmente, quanto à necessidade de equacionamento das fontes de financiamento requeridas para a viabilização do plano, condição prevista pela Lei Geral de Telecomunicações.

A Anatel lançou uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de recolher subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2016 a 2020, cujo encerramento ocorreu em dia 31 de Janeiro de 2014. Até 31 de março de 2014 haverá nova Consulta Pública para revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização e de Qualidade do STFC, prestado em regime público.

- Plano Geral de Atualização da Regulamentação

Em outubro de 2010, completaram-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação –, momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

- Regulamento de LTOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita): dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não foi publicado.
- Regulamento de Numeração: dispõe sobre solução para assegurar recursos de numeração para serviços de telefonia móvel na capital do Estado de São Paulo (área de código nacional 11). Consulta Pública 13/2010 concluída e Regulamento editado em dezembro de 2010. A numeração no CN 11 já passou para nove dígitos. Até dezembro de 2013 passarão a conter o nono dígito os demais CNs do Estado de São Paulo (CNs 12 a 19). Em Janeiro de 2014, entram os CNs iniciados pelo número 2 que abrangem os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Até dezembro de 2014, o nono dígito será incluído na região Norte, exceto Acre. Minas Gerais e Nordeste terão o nono dígito até 31 de dezembro de 2015. Por último, até 31 de dezembro de 2016, serão as regiões Sul, Centro-Oeste e o Acre.

- Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010): Consultas Públicas finalizadas e regulamentos publicados (Sanções – Resolução 589/2012 e Fiscalização – Resolução 596/2012). Os regulamentos permitiram a redução de multas, a possibilidade de acordos substitutivos (Termo de Ajuste de Conduta – TAC), e previram elaboração de nova metodologia de multas.
- Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010): novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011 por meio da Resolução 560/2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, provocando alteração do volume de chamadas de Longa Distância e na remuneração de redes associada a essas chamadas. É possível que haja uma revisão do Regulamento de Áreas Locais em 2014, com efeitos a partir de 2016, conforme fontes da Anatel.
- Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (“EILD”): submetido à CP 50/2010 no final de 2010 e regulamento aprovado, conforme Resolução 590/2012. O novo regulamento manteve a possibilidade de cobrança de EILD Especial, mas reduziu os valores da tabela de referência da ANATEL em média 17%, e incluiu possibilidade de desconto por prazo e volume. Vale destacar ainda que há novas obrigações para a oferta de EILD decorrente da aprovação do Plano Geral de Metas de Competição (“PGMC”) – Resolução 600/12, como a obrigação da divulgação de Oferta Pública de Produto de Atacado (“ORPA”) e a comercialização por meio do Sistema de Negociação de Oferta de Atacado (“SNOA”).
- Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE: CP 11/2011 lançada em 1 de março de 2011 e regulamento publicado, conforme Resolução 586/2012. O novo regulamento define as regras básicas, os requisitos de demanda e as características para oferta, tarifação, qualidade e forma de pagamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. Os beneficiados pelo AICE são os assinantes de baixa renda constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (que incluem as famílias com renda de até três salários mínimos).
- Regulamento Geral de Qualidade das Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC, em substituição ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003, e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 417, de 17 de outubro de 2005: CP 16/2011 lançada em 31 de março de 2011, e Regulamento aprovado pela Resolução nº 605/2012. O Regulamento alterou as condições de medições sobre a qualidade da prestação do STFC, permitindo a coleta dos dados de indicadores de completamento de chamada por outros meios além dos arquivos de tarifação.

- Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do STFC, envolvendo Acessos do SMP: CP 37/2011 lançada em 11 de outubro de 2011, cujo Regulamento foi editado em 4 de novembro de 2011. O Regulamento estabelece os critérios de reajuste das tarifas das chamadas dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, envolvendo acessos do SMP, nas modalidades local e de longa distância nacional, em cumprimento ao art. 108 da LGT e na Cláusula 12.3 dos Contratos de Concessão.
 - Norma da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência X Aplicado nos Reajustes de Tarifas do STFC: CP 39/2011 lançada em 18 de julho de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Esta Norma tem por objetivo estabelecer os critérios e a metodologia de cálculo do fator de Transferência X, previsto nas regras contratuais de reajuste de tarifas nas modalidades do STFC, conforme §2º da Cláusula 12.1 dos Contratos de Concessão do STFC, vigentes a partir de 02 de maio de 2011, em cumprimento ao art. 7º, inciso II, do Decreto nº 4733, de 10 de junho de 2003.
 - Regulamento de Bens Reversíveis: CP 52/2010 lançada no final de 2010, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Disciplina a concessão de anuência prévia para substituição, oneração e alienação de bens reversíveis. Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.
- Outros temas
 - MVNO (*mobile virtual network operator*): foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Ainda não existem prestadoras de MVNO em parceria com a Oi. A Porto Seguro e a Datora firmaram parcerias com a TIM.
 - Regulamento do SCM: CP 45/2011 lançada em 8 de agosto de 2011, deu origem, após inúmeras contribuições da sociedade, ao novo Regulamento de SCM, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013. O novo Regulamento trouxe como inovação a permissão de as próprias prestadoras de SCM poderem realizar o provimento de conexão à internet e a permissão de implantação da função mobilidade restrita, cujas condições estão previstas na regulamentação específica de uso de radiofrequência.
 - Regulamento de Gestão da Qualidade do SCM – RGQ-SCM: CP 46/2011 lançada em 9 de agosto de 2011, cujo Regulamento foi editado em 31 de outubro de 2011. O Regulamento estabelece as metas de qualidade e os critérios de avaliação, obtenção de dados e acompanhamento da qualidade das prestadoras do SCM.

- Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado ("SeAC"): CP 65/2011 lançada em 19 de dezembro de 2011, cujo regulamento foi publicado conforme Resolução 581/2012. O Regulamento operacionaliza o disposto na Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011, quanto a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Apresenta o regramento para esse novo serviço (SeAC), incluindo disposições acerca da outorga do serviço, instalação e licenciamento de estações, canais de programação de distribuição obrigatória e outros, no sentido de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores.
- Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura: CP 26/2011 lançada em 23 de maio de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre a consolidação dos atuais indicadores e estabelece o Índice de Desempenho de Atendimento-IDA.
- Novos Regulamentos:
 - Concatenação de chamadas do SMP: CP 34/2012 lançada em novembro de 2012 e regulamento publicado no mesmo mês, pela Resolução 604/2012, disciplinando a concatenação para todas as chamadas móveis com mesma origem e destino com menos de 120 segundos de intervalo entre elas.
 - Norma para uso de Femtocélulas: CP 53/2012, lançada em 11 de dezembro de 2012, e aprovada pela Resolução nº 624/2013. A norma estabelece características operacionais, condições de instalação e de uso de Femtocélulas nas redes de SMP, SME e SCM. As principais inovações trazidas pelo regulamento de Femtocells são: isenção de pagamento de Fistel, radiação restrita a 1 watt de potência e comercialização sem ônus ao usuário.
 - Modelagem de Custos de Telecomunicações: CP 26/2012, lançada em 4 de julho de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O modelo propõe compreender os custos dos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo interconexão fixa, interconexão móvel e linhas dedicadas (EILD). A ANATEL irá anunciar no primeiro trimestre de 2014 as tarifas com base na modelagem de custos para serem aplicadas em 2016.
 - Regulamento sobre prestação do STFC fora da ATB (STFC FATB): CP 08/2012, lançada em 15 de fevereiro de 2012 e regulamento aprovado pela Resolução nº 622/2013. O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento do STFC em áreas rurais, tanto para acesso individual quanto coletivo, criando ofertas de planos de serviços em toda a área rural/FATB.
 - Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"): previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC foi aprovado pela Resolução 600/2012. O PGMC definiu os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para identificação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo ("PMS"), e obrigações destinadas à incentivar a competição.

4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 74 milhões de Unidades Geradoras de Receita ("UGR"), de acordo com os dados mais recentes fornecidos pela ANATEL. A Companhia atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 330 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 88,5% da população brasileira. A Companhia possui aproximadamente 18,6% do market share em telefonia móvel e cerca de 40,5% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 520 mil hotspots wifi, mantidos inclusive em locais públicos, tais como aeroportos e shopping centers.

5 – Estratégia da Companhia e Novos Negócios

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

No ano de 2013, nossa estratégia foi reformulada passando a ser baseada em três principais pilares:

Consolidação do modelo de negócios

A convergência de serviços de telecomunicações é uma tendência no mercado e tem sido buscada pela Companhia não somente por meio da oferta convergente de serviços de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV paga (bundling), mas também pela unificação de seus processos internos com o objetivo de tornar sua cadeia de serviços totalmente convergente e integrada, desde o atendimento e vendas ao cliente até a sua instalação e posterior cobrança. A estratégia de convergência permite aumentar as vendas de forma sustentável, contribuindo para o aumento da receita média por cliente e diminuindo seus custos de captação. Pretendemos crescer por meio da oferta de serviços convergentes no segmento Residencial, utilizando-se da capilaridade de nossa infraestrutura para alavancar nossos negócios em banda larga e TV paga.

No segmento de Mobilidade Pessoal, nosso principal foco é o mercado de pré-pago, por melhor se adequar ao perfil de consumo do cliente brasileiro, possuir baixo custo de aquisição e por não envolver risco de inadimplência. Além disso, temos utilizado campanhas direcionadas a estimular a recarga para alavancar o uso de voz e dados. No segmento pós-pago, o foco é na qualidade da aquisição de novos clientes adotando um processo mais adequado de vendas, assegurando assim um crescimento saudável e rentável da sua base de clientes, além de tirar proveito da crescente demanda no uso de dados móveis.

Já no segmento Corporativo, temos explorado novas ofertas a fim de aumentar a receita por cliente. A estratégia é posicioná-las de forma a capturar maior participação no mercado de *cloud computing*, alavancando as melhores práticas em conjunto com a Portugal Telecom. Para o mercado de Pequenas e Médias Empresas, o momento tem sido de reestruturação das ofertas e dos canais, com foco na qualidade das vendas, para capturar o crescimento deste mercado.

Eficiência operacional com gestão de rede e infraestrutura focada no tripé: rede, operações e TI

A Companhia continuará focada em iniciativas visando à melhoria da eficiência operacional a partir do tripé: rede, operações e TI.

No âmbito da gestão de rede, os principais objetivos são o desenvolvimento gradual da rede através da fibra ótica, assim como a rentabilização e a simplificação da rede para otimização dos investimentos, a convergência de rede e serviços e a sua capacitação para acompanhar a evolução do tráfego. Continuaremos em busca de alternativas de otimização do uso de rede visando à melhor alocação de nossos investimentos e redução dos custos operacionais. O compartilhamento da rede 4G com a Tim, por exemplo, foi mais um passo bem sucedido no sentido de racionalização da infraestrutura.

No que se refere a operações de campo, o foco é em eficiência operacional e gestão da experiência do cliente por meio da consolidação e automação de processos e implementação de ferramentas para gestão das operações. Uma importante iniciativa nesse sentido foi a internalização da equipe de manutenção da planta interna, que possibilitou melhor gestão das operações. Outro exemplo realizado durante o ano de 2013 foi a redução de seus centros de operação de campo de 20 para 3, o que proporcionou um maior controle e consequente melhora dos serviços prestados, além de redução dos custos operacionais. Ainda com esse foco, a Companhia valeu-se da experiência da Portugal Telecom para implementar a ferramenta *Workforce Management (Click)*, que proporciona uma melhora na taxa de sucesso de instalação na primeira visita, aumento na produtividade, redução nos números de reclamações e redução dos custos operacionais.

Finalmente no que tange a TI, a Companhia busca desenvolver sua arquitetura de TI com o intuito de integrar e simplificar os processos de negócios e desenvolvimento de produtos e serviços. No curto prazo, queremos otimizar nossos processos internos, com redução na quantidade dos nossos programas e aplicativos. No longo prazo, a estratégia é transformar nossa arquitetura baseada em "silos" em uma arquitetura de TI convergente e simplificada para melhorar significativamente o tempo de disponibilização de produtos e serviços (*time to market*) e reduzir os custos operacionais.

Disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa

A Oi continuará buscando iniciativas para manter sua disciplina financeira, com o fim de melhorar o perfil do seu fluxo de caixa e da alocação do Capex, assim como otimizar sua estrutura de capital. Nesse sentido, em 2013 monetizamos alguns de nossos ativos, trazendo maior flexibilidade financeira e gerando economias e criando maior valor para os acionistas. Ainda em 2013, adequamos nossa política de dividendos proporcionando sustentabilidade na remuneração aos acionistas equilibrada ao crescimento de longo prazo da Companhia.

Além disso, temos investido de forma mais eficiente. A disponibilização de recursos para os investimentos é tratada em comitê onde cada regional deve apresentar seu projeto para sustentar sua necessidade de Capex. Essas estratégias permitem uma melhor alocação dos investimentos visando à maximização da relação risco/retorno.

6 – Reorganização Societária

Em 24 de maio de 2011, a controladora Telemar Participações S.A. (TmarPart) divulgou fato relevante no qual comunicou que, em reunião prévia de acionistas, realizada naquela data nos termos do Acordo de Acionistas da TmarPart, havia sido aprovada orientação para que as administrações da TmarPart e de suas controladas TNL, Coari, BRT e TMAR (sendo as quatro controladas denominadas, em conjunto, “Companhias Oi”) conduzissem estudos e adotassem procedimentos pertinentes visando a uma reorganização societária das Companhias Oi.

A referida Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a Governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. Nesse sentido, a Reorganização Societária compreendia conjuntamente a cisão parcial da TMAR e a incorporação das ações desta pela Coari, bem como as incorporações da Coari e da TNL pela BRT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações seria condicionada à aprovação da outra.

Em virtude da Reorganização Societária, a BRT passaria a concentrar todas as participações acionárias nas Companhias Oi e a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A. A manutenção do controle acionário da Oi exclusivamente pela TmarPart era condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL.

Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari, BRT, TNL e TMAR, nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na Reorganização Societária, além de todos os documentos pertinentes. Em função das deliberações tomadas nas referidas Assembleias Gerais, a TMAR foi parcialmente cindida e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela BRT naquela data, extinguindo-se e sendo sucedidas, a título

universal, pela BRT, a qual passou a denominar-se Oi S.A. ("Oi"). Dessa forma, a Oi passou a ser controlada diretamente pela TmarPart, enquanto a TMAR se tornou subsidiária integral da Oi.

Em 29 de março de 2012, encerrou-se o prazo para exercício do direito de recesso por parte dos acionistas dissidentes legitimados da TMAR e da TNL, sendo que a apuração de tal exercício foi concluída em 5 de abril de 2012, tendo-se divulgado o respectivo resultado através de Fato Relevante na mesma data. O pagamento do valor do reembolso das ações dos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada foi realizado no dia 09 de abril de 2012.

As ações da TMAR, TNL, Coari e Oi continuaram a ser negociadas sob os códigos TMAR3, TMAR5, TMAR6, TNLP3, TNLP4, COAR3, COAR4, BRTO3 e BRTO4 até o dia 05 de abril de 2012, inclusive, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). A partir do dia 09 de abril de 2012, passaram a ser negociadas (i) na BM&FBOVESPA, somente as ações ordinárias e preferenciais da Companhia, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de pregão Oi, e (ii) na *New York Stock Exchange – NYSE*, somente *American Depositary Receipts (ADRs)* representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

Em virtude da Reorganização Societária, a Oi reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da BRT pela TMAR. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente.

Posteriormente, a Oi formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da Administração, melhor representa a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da BRT pela TMAR. Em 24 de abril de 2013, a CVM, em reunião do seu Colegiado, deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na TmarPart, na qualidade de controladora da Companhia. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram rerepresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil.

7 – Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2013 com 74.466 mil unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 17.837 mil no segmento Residencial, 47.727 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 8.246 no segmento Corporativo / PMEs, além de 655 mil telefones públicos.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

No segmento Residencial, a Companhia encerrou o ano de 2013 com 17.837 mil UGRs, das quais, 11.750 de linhas fixas, 5.258 de banda larga fixa e 829 de TV paga.

No produto de telefonia fixa, as iniciativas de *cross selling* e retenção foram responsáveis por manter os níveis de desconexão sob controle. Além disso, as ofertas *Oi Conta Total* e *Oi Voz Total* foram dois exemplos de pacotes convergentes para fidelizar estes clientes, aumentar o ARPU e reduzir o *churn* (taxa de desconexão). *Oi Conta Total* (também conhecido como OCT) é uma oferta *triple-play* que combina telefonia fixa, banda larga e móvel pós-pago, e que pode ser combinada à TV paga (*quadruple-play*) e a pacotes de dados móveis, enquanto o *Oi Voz Total* é uma oferta *double-play* que combina linha fixa e móvel pré-pago com objetivo de melhorar a convergência fixo-móvel.

Na banda larga fixa, a Companhia encerrou o ano com 44,2% de penetração da base residencial (40,4% no início do ano), com um aumento nas velocidades médias oferecidas de quase 20% sendo 39% da base com velocidade igual ou superior a 5 Mbps. Já na TV paga, a penetração nas residências com produtos da Companhia foi de 7%, contra 6% no fim de 2012. Com o atrativo da oferta de entrada com canais em HD a preços competitivos, este segmento possui um grande potencial de *upselling* dentro do portfólio da Oi, devido à oferta de diversos pacotes e canais adicionais, com impacto no crescimento sustentável do ARPU residencial e estrategicamente importante para a retenção e fidelização dos clientes residenciais.

Mobilidade Pessoal

A Oi fechou 2013 com 47.727 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, um crescimento de 3,1% quando comparado a 2012. Nos últimos doze meses, esse crescimento representa 1.422 mil adições líquidas, sendo 1.186 mil UGRs de pré-pagos e 236 mil de pós-pagos.

O segmento de pré-pago foi marcado pela continuidade no forte volume de recargas e consumo de dados, através da venda de pacotes adicionais que complementam as ofertas dos clientes e do uso das ferramentas de marketing ativo. Já no pós-pago, a Companhia buscou, a partir da segunda metade de 2013, maior qualidade a sua base de clientes e subsídios mais direcionados, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa, rentabilizando o segmento através de um crescimento sustentável da base, além de melhorar os níveis de *churn*.

Empresarial/Corporativo

A Oi encerrou 2013 com 8.246 mil UGRs no segmento Corporativo / PMEs, uma queda anual de 8,1%, resultado do foco na qualidade das vendas e da contínua limpeza de base. A redução da base é causada principalmente pela queda de UGRs da fixa e, mais

sensivelmente, da móvel com corte de subsídios e adoção de maior racionalidade no seu uso.

A Oi segue com sua parceria tecnológica com a Portugal Telecom, com a estratégia de capturar sinergias e aproveitar sua expertise em serviços de nuvem (*cloud computing*) para oferecer serviços mais completos, buscando escalabilidade e disponibilidade das soluções, além da redução de custos. Vale lembrar que no terceiro trimestre de 2013, a Oi apresentou para o mercado corporativo e PMEs sua segunda fase de lançamentos de serviços na nuvem, reforçando sua estratégia de auxiliar os clientes a aumentar suas receitas e reduzir seus custos por meio do uso de tecnologia inovadora. As novas soluções operarão na rede internacional de data centers da Oi e da Portugal Telecom, incluindo o datacenter de Covilhã, um dos maiores do mundo, inaugurado em 2013.

8 - Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 28.422 milhões no ano de 2013. Dos quais R\$ 10.303 milhões são do segmento Residencial, R\$ 9.290 milhões de Mobilidade Pessoal e R\$ 8.456 milhões do Empresarial/Corporativo.

Os maiores destaques em 2013 foram (1) o crescimento da receita no segmento Residencial principalmente pelos produtos de banda larga e Oi TV, o que contribuiu para o aumento de residências com pacotes convergentes alavancando o ARPU; e (2) o crescimento da receita da Mobilidade Pessoal impulsionada pelos serviços de dados e pelos maiores volumes de recargas.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 18.839 milhões em 2013, sendo os principais custos: R\$ 8.394 milhões com serviços de terceiros, R\$ 3.966 milhões com custos de interconexão, R\$ 2.453 milhões com pessoal, R\$ 2.067 milhões com aluguéis e seguros, e R\$ 850 milhões em provisão para devedores duvidosos (PDD). Os custos operacionais de 2013 também foram impactados pelo ganho da alienação da GlobeNet, que gerou uma receita operacional no valor líquido de R\$ 1.497 milhões (NE 1).

O EBITDA da Companhia totalizou em 2013 R\$ 9.583 milhões com uma margem de 33,7% e o lucro líquido anual registrou R\$ 1.493 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2013.

Vale ressaltar que os valores de 2012 não são totalmente comparáveis com 2013, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012. Isto é, os resultados do 2012 referem-se a 2 meses do resultado da antiga Brasil Telecom S.A. e 10 meses da Oi S.A.

9 – Endividamento

R\$ Milhões	dez/13	dez/12
Endividamento		
Curto Prazo	4.116	2.783
Longo Prazo	30.231	30.088
Dívida Total	34.347	32.871
Em moeda nacional	21.287	20.497
Em moeda estrangeira	14.566	12.849
Swap	(1.507)	(475)
(-) Caixa	(3.931)	(7.804)
(=) Dívida Líquida	30.416	25.068

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (convertíveis e não convertíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelo IFRS ou pelo USGAAP, no entanto a Administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 34.347 milhões em dezembro de 2013. Os principais eventos de captação em 2013 foram as seguintes: debêntures atreladas ao CDI (R\$ 1,5 bilhões), desembolsos de ECAs com vistas ao financiamento de investimentos – EKN/Deutsche (US\$ 37 milhões) e EDC (US\$ 96 milhões) –, além da captação junto ao BNDES no valor total de R\$ 873,5 milhões.

Dentre as amortizações, merecem destaque o pagamento de principal e juros do BNDES (R\$ 1,8 bilhões) e os vencimentos das parcelas de juros dos *Bonds* em Euro (R\$ 656 milhões), das Debêntures, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões da Oi (R\$ 540 milhões de principal e R\$ 627 milhões de juros) e da CCB/BB (R\$ 274 milhões). A Companhia manteve sua política de gestão de passivos onerosos, com vistas a substituir dívidas mais caras por captações de custo inferior.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano de 2013 em R\$ 30.416 milhões. Os investimentos realizados no período, igualmente em linha com a estratégia da Companhia, também contribuíram para menor geração de caixa livre.

A parcela da dívida em moeda estrangeira representava 41,1% do total da dívida ao final do ano de 2013. Todavia, apenas 0,2% da dívida bruta, equivalente a R\$ 59 milhões, apresentava alguma exposição às flutuações cambiais para a Companhia. Vale ressaltar que as operações de derivativos contratadas bem como o caixa mantido em moeda estrangeira oferecem proteção cambial para esta parcela da dívida.

O custo efetivo da dívida se manteve estável ao longo de 2013. Já o prazo médio da dívida, ao final de dezembro de 2013 fechou em 4,3 anos, mantendo a tendência de alongamento dos últimos trimestres.

10 – investimentos

R\$ Milhões	2013	2012
Investimentos		
Rede	4.678	4.421
Serviços de TI	348	277
Outros	1.224	1.407
TOTAL	6.250	6.104

O somatório dos investimentos realizados ao longo de 2013 foi de R\$ 6.250 milhões, um acréscimo de 2,4% em relação ao ano de 2012. No ano de 2013, a Companhia investiu 74,8% do montante total representando R\$ 4,7 bilhões distribuído principalmente na (i) expansão e melhoria da qualidade da rede móvel 3G, (ii) melhoria da rede fixa para o serviço de banda larga, (iii) otimização da plataforma do produto Oi TV, e (iv) implantação e expansão da rede 4G, que teve o início de sua operação em 2013. Já a linha de Outros alcançou R\$ 1,2 bilhões neste ano e teve uma queda de 13,0%, reflexo da licença 4G adquirida no ano de 2012.

Vale ressaltar que os valores de 2012 não são totalmente comparáveis com 2013, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

▪ Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2013, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu ecossistema de inovação por meio do Programa Inova. Este programa é estruturado em três fábricas de inovação. A Fábrica Incremental tem como objetivo fomentar e desenvolver inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). A Fábrica Planejada tem como objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). E a Fábrica Exploratória tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias e modelos de negócio que possam ser implementados no longo prazo.

Para implementação da Fábrica Incremental foi utilizada uma ferramenta colaborativa denominada “Mercado de Ideias”, onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2013 totalizaram R\$ 119 milhões em 54 projetos.

11 - Mercado de Capitais e Estrutura Acionária

Ao final de 2013, o capital da Companhia era representado por 1.797 milhões de ações, sendo 599 milhões ações ordinárias e 1.198 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart	Em circulação
Ordinárias	599.008.629	84.250.695	290.549.788	62.293.273	161.881.304
Preferenciais	1.198.077.775	72.808.066	18.289.917	422.760.870	684.137.806
Total	1.797.086.404	157.058.761	308.839.705	485.054.143	846.019.110

▪ Nossas Ações*

Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2013 cotadas a R\$ 3,61 OiBR3 (ordinária) e a R\$ 3,59 OiBR4 (preferencial), apresentando desempenho negativo em 2013 de 54,5% e 49,4%, respectivamente. O Ibovespa encerrou o mesmo período com queda de 15,5%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram desvalorização de 62,7% OIBR.C (ordinária) e 54,3% OIBR (preferencial) em 2013.

* fonte de dados: *Economática*

▪ Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e *roadshows* no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

Em 2013, ressalta-se a participação da equipe de Relações com Investidores em 13 conferências no Brasil e exterior, tendo se reunido com cerca de mil investidores e analistas.

▪ **Dividendos**

Em março de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos e resgate de ações bonificadas, referente ao exercício de 2012, no valor total de R\$ 1,0 bilhão, cujo pagamento foi realizado conforme segue:

(i) em 28 de março de 2013, foi realizado pagamento de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2012, no valor total de R\$ 837.543.395,43, equivalente ao montante de R\$ 0,510688584430 por ação ordinária e preferencial, através do Banco do Brasil S.A.; e

(ii) em 1 de abril de 2013, foi realizado pagamento do resgate das ações preferenciais classe B e C emitidas em bonificação aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo valor total de R\$ 162.456.604,57, equivalente ao montante de R\$ 0,099057235567 por ação ordinária e preferencial, através do Banco do Brasil S.A.

Em setembro de 2013, foi aprovado no Conselho da Administração da Oi S.A. o pagamento de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2013, no valor total de R\$ 500 milhões, equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013. O pagamento destes dividendos foi efetuado em 11 de outubro de 2013.

12 - Governança Corporativa

A Oi vem mantendo e se aprimorando em seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

Parte deste processo foi a publicação em 2012 da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações Envolvendo Conflito de interesses, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos para transações dessa natureza, preservando a transparência do processo, de modo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia, seus administradores e seus acionistas. Em dezembro de 2012 a Oi aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, corroborando o compromisso da Companhia com a transparência e reforçando o interesse na melhoria de suas práticas.

Além disso, também no exercício de 2012, houve a realização da simplificação da estrutura societária, resultando em fatores muito positivos, visando a agregar valor aos acionistas, reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros tornando a Companhia mais atraente para os investidores e com maior acesso ao mercado de capitais.

Ao longo do exercício de 2013 não houve alterações significativas nas estruturas de governança corporativa ou societária. No entanto, em outubro a Companhia anunciou através de divulgação de fato relevante a celebração de memorando de entendimentos para a união de suas atividades com a Portugal Telecom.

As bases e princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo as duas empresas e alguns de seus acionistas controladores para integrarem uma companhia ("CorpCo") que combinará as atividades e negócios atualmente desenvolvidos pela Oi S/A no Brasil e pela Portugal Telecom na África, consolidando a aliança industrial entre as duas empresas, iniciada em 2010.

Tal reestruturação societária permitirá acelerar o desenvolvimento da Oi no Brasil com geração de sinergias operacionais e financeiras para a CorpCo, aumento de escala de suas posições de liderança nos mercados brasileiro e português, além de adoção das mais elevadas práticas de governança corporativa, com listagem das ações de sua emissão no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S/A. Além disso, a CorpCo contará com uma estrutura societária simplificada e não possuirá acionista ou grupo de acionistas vinculados que detenham a maioria das ações votantes.

Os dados baseiam-se em padrões corporativos e passaram por verificação interna, sendo certo que as informações referentes à operação de reestruturação societária a ser perpretada baseiam-se no Memorando de entendimentos divulgado ao mercado em 2 de outubro de 2013.

O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Companhia, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos da Oi, desdobrado até o nível de processos, segue as boas práticas de mercado, como a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), o *Internal Control – Integrated Framework*, do Coso (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e o Cobit (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Em 2013 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT – NBR ISO 15.999, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

O ano de 2013 foi um período de consolidação das práticas e conquistas em sustentabilidade da Oi. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa Banda Larga nas Escolas e o Plano Nacional de Banda Larga são parte destas ações de inclusão social.

No último ano, a Companhia fortaleceu seu papel na gestão de resíduos sólidos. Após anunciar, em dezembro de 2012, parceria estratégica com a empresa especializada em serviços de coleta, manejo e valorização de resíduos, desindustrialização e destinação final de eletroeletrônicos e produtos pós-consumo, o próximo passo foi estabelecer as bases para a criação, no Brasil, de um parque industrial de reciclagem para realizar o processamento de resíduos das diversas indústrias do país que manejam

eletroeletrônicos, numa parceria estratégica que viabilizará a cadeia completa de gestão de resíduos sólidos.

Ao mesmo tempo em que a iniciativa da Oi destaca o seu pioneirismo entre as Operadoras do Setor de Telecomunicações, também a posiciona como primeira empresa do seu segmento a viabilizar a cadeia completa de gestão de resíduos sólidos, antecipando a adequação da companhia à aplicação da Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do Instituto Telemar ("Oi Futuro"), certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro atua em programas nas áreas de Cultura, Sustentabilidade e Educação, usando as tecnologias da informação e da comunicação para promover transformações sociais e estabelecer novos modelos de referência, inspirando a promoção de políticas públicas.

Na área de Cultura, atua em três Centros Culturais próprios, dois no Rio de Janeiro e um em Belo Horizonte, além de dois Museus das Telecomunicações. Adicionalmente gerencia o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Em 2013 a Oi manteve-se como uma das principais patrocinadoras do país, selecionando mais de 100 projetos através de Edital Público.

O Oi Futuro desenvolve e apoia programas e projetos na área de Educação desde a sua concepção. A aposta em iniciativas que possam contribuir para a reflexão, pesquisa e disseminação de metodologias e práticas inovadoras que venham a servir de referência ou inspiração para políticas públicas de educação é o que, desde a sua origem, tem caracterizado os programas do instituto. O que significa que a educação é compreendida como campo especial de contribuição para a transformação social. O uso de tecnologias de informação e da comunicação nos programas da área de Educação reflete, além disso, a compreensão de que as relações entre educação, cultura e tecnologia são hoje centrais para a formação de jovens aptos a seguir, com autonomia, suas trajetórias educacionais e profissionais. Entre as iniciativas cabe destacar o Núcleo Avançado em Educação (NAVE), um programa construído sobre três pilares: colégio estadual de ensino médio (integrado ao profissionalizante), núcleo de pesquisa e inovação, e centro de disseminação, com o objetivo de replicar práticas inovadoras para a rede pública de ensino. As duas escolas, no Rio de Janeiro e em Recife, foram selecionadas em 2013 pela Microsoft como uma das escolas mais inovadoras do mundo. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as escolas do programa Nave, conquistaram a liderança no ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em suas redes estaduais de ensino. Outro importante programa é a Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia que oferece a jovens de comunidades populares urbanas, estudantes ou egressos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador, formação em cursos das áreas das artes gráficas e digitais. Em 2013, estes programas beneficiaram mais de 1.400 jovens. O website (<http://www.oifuturo.org.br>) do Oi Futuro traz mais informações acerca dos seus programas.

As iniciativas descritas acima e o avanço do tema na estratégia da Companhia contribuíram para a sua permanência, pelo sexto ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e integrando pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas as iniciativas da BM&FBOVESPA. Em 2013, a Oi completou quatro anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida

permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Além disso, a Oi passou a integrar a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York (DJSI), que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em todo o mundo. O índice é revisado anualmente, com base em questionários respondidos pelas empresas, e em informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites de relações com investidores. São listadas 10% das empresas participantes com melhor performance em cada um dos setores avaliados. Na categoria de Mercados Emergentes, a Oi foi a única empresa de telecom do Brasil a entrar no índice este ano.

A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da *Global Reporting Initiative* (GRI). Pelo segundo ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2012 foi publicado em 29 de maio de 2013 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>). Em 2013, a Oi seguiu o mesmo padrão para seu Relatório de Sustentabilidade, cuja previsão de divulgação é abril de 2014.

13 - Colaboradores

A Oi possui 18.947 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 393 estagiários e 112 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 66% são do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 75% de homens e 25% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 37 anos, com um tempo médio de empresa de 6 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Adicionalmente, a Oi Possui 18.569 colaboradores alocados em atividades de call center, 4.867 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede e 188 em outras atividades.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 182 Pontos Focais de gestão, 7 *Master Black Belts*, 63 *Black Belts*, 427 *Green Belts*, 400 *Yellow Belts*, 941 *White Belts* 311 líderes de projetos e 210 líderes de processo.

Com o desafio de criar e fortalecer uma Cultura Única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

Como forma de proporcionar crescimento profissional aos Colaboradores, a Oi possui a Avaliação de Desempenho nos modelos 360 e 270 graus. O primeiro é designado aos gestores e contempla as etapas de auto-avaliação, avaliação do Gestor, pares, clientes internos e subordinados. Já o modelo 270 graus é composto pelas etapas de auto-avaliação, avaliação do gestor e dos clientes internos e é voltado para os demais colaboradores. O processo é anual, porém, nos últimos 3 anos não aconteceu o ciclo avaliativo.

Na Oi, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus Colaboradores como, por exemplo, as trilhas de desenvolvimento de competências técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e inglês online.

Os treinamentos voltados para as competências técnicas somaram 253.061 horas de treinamento.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2013, o Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Engenharia e Operações, foi ampliado para as 9 Regionais e, tivemos 5.176 inscritos, disputando 100 vagas. Para o Programa Geração Estágio Superior, aproximadamente 18.000 candidatos se inscreveram e disputaram 160 vagas. Concluímos os dois anos dos Programas Trainees Executivo e Expert iniciados em 2011 com a efetivação de 11 Trainees Executivos que assumiram cargos de Especialista nas Regionais RJ, CO (Brasília), Minas Gerais e São Paulo e de 19 Trainees Experts que assumiram cargos de Analista Sr, Especialista de Telecom e Especialista Consultor nas Diretorias de Operações de Campo e Centralizada na Regional RJ.

Para promover maior aproximação com algumas Instituições de Ensino, captar jovens profissionais e nos posicionar como marca empregadora, participamos de 6 Feiras universitárias em 3 Estados do Brasil. Além disso, realizamos Palestras no IME, ITA, UFRJ, PUC e CEFET e firmamos parceria com uma Escola Técnica no Rio de Janeiro.

Em 2013 foram oferecidas em torno de 15.809 horas de treinamento para os públicos do Programa Geração. (5902 horas para os Trainees e 9907 horas para os Estagiários).

No ano de 2013 fechamos 10.488 posições na OI. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia. Em 2013, 80% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via *assessment*. No geral, 58,8% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas dos projetos de lojas, porta a porta (PAP Varejo) e PAP Empresarial, voltados principalmente para o público externo, além das migrações da Planta Interna e do IPTV. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi, ao cadastrarem seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 772.075 pessoas externas cadastradas atualmente. Além disso, 128 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores, média de 10,7 por mês. Por fim, 1.214 Colaboradores foram promovidos de cargo e de salário.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São vários programas como ginástica laboral, shiatsu, RPG, pilates de solo, drenagem linfática e orientação nutricional, programas para gestantes, entre outros. Na mesma linha, foi realizada no meio do ano a Campanha de Doação de Sangue em parceria com hemocentros de diversos estados brasileiros. A ação mobilizou cerca de 731 Colaboradores, resultando na doação de 419 bolsas de sangue coletadas. A campanha de vacinação OI foi realizada entre abril e julho tendo vacinado 6.172 colaboradores nos 27 estados

Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi capacitou 3.884 Colaboradores em Noções Básicas de Segurança do Trabalho. Trata-se de um treinamento introdutório, onde os Colaboradores podem conhecer os conceitos básicos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Além desse, 4.511 Colaboradores também realizaram o curso de "Direção Consciente e Preventiva", reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos, seja no trabalho ou não. Já o curso de Noções de Prevenção e Combate a Incêndio contou com 3.912 Colaboradores. Além disso, tivemos a participação de 892 colaboradores no curso prático de Trabalho em Altura, tornando-os autorizados para atuarem com segurança nas torres da Cia.

No ano de 2013, diversas campanhas internas movimentaram os Colaboradores Oi. A Copa das Confederações, realizada entre os meses de junho e julho, que teve a Empresa como fornecedora oficial de serviços de TI e Telecom, foi tema de um movimento que incluiu um hot site com notícias sobre a atuação da equipe Oi no evento, de uma gincana que premiou Colaboradores com ingressos para assistir aos jogos e de um bolão que ofereceu brindes a quem acertou o palpite. A campanha reforçou a atuação do "Time Oi na Copa" e a importância de garantir a qualidade dos serviços da Oi em eventos de grande projeção nacional e internacional.

Em setembro, lançamos a campanha sobre o Oi Galera – novo plano da Empresa voltado para o público jovem. Sustentando o conceito “Cliente no centro de tudo”, foi reforçada internamente a necessidade de os Colaboradores serem “embaixadores” de um produto lançado para o público jovem. Para isso, o Presidente da Oi, Zeinal Bava, se reuniu para ouvir a percepção sobre o novo plano primeiramente com um grupo de Colaboradores com a mesma idade do público-alvo. Em seguida, o plano foi lançado em primeira mão, num evento também para Colaboradores na mesma faixa etária do público-alvo do plano, mobilizando os Colaboradores Oi previamente, antes do anúncio oficial do lançamento para o mercado.

Através do Programa de Voluntariado da Copa das Confederações, a Oi permitiu que o público interno vivenciasse a experiência de atuar nos estádios em dias de jogos, apoiando a equipe que trabalhou prestando serviços de Telecom. O processo seletivo contou com a participação de 570 Colaboradores e 80 participantes foram selecionados nas seis cidades-sedes onde os jogos aconteceram.

Como parte do guarda-chuva Oi Solidária, a Companhia promove de forma contínua o recolhimento de doativos para vítimas e acidentes ambientais. Durante janeiro, a Regional Bahia incentivou entre seus Colaboradores a ação Carnaval Sem Fome, com recolhimento de alimentos, e a Regional Sul recolheu 295 itens para vítimas de incêndio no Rio Grande do Sul. Em dezembro, Colaboradores do Rio de Janeiro se mobilizaram para ajudar desabrigados por conta da chuva que atingiu alguns municípios do Estado. Foram recolhidos mais de 250 itens entre água, alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal.

Finalmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentivou seus Colaboradores a participarem da Campanha de Natal Solidário, uma tradição na Empresa. A parceria de sucesso com os Correios foi repetida nos 26 estados brasileiros + DF e resultou na entrega de 2.293 presentes para crianças em situação de risco social, participantes da campanha “Papai Noel dos Correios”.

14 – Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM no. 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2013, os auditores da Companhia não prestaram outros serviços, além dos de auditoria da Oi S.A.

Oi S.A. e sociedades controladas

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2013 e de 2012
e Relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Oi S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Oi S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Oi S.A. e sociedades controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	442.016	1.043.984	2.424.830	4.408.161
Aplicações financeiras	9	31.113	853.277	492.510	2.425.907
Instrumentos financeiros derivativos	19	283.071	381.866	452.234	640.229
Contas a receber	10	1.844.012	1.756.800	7.096.679	7.017.533
Estoques		26.278	13.741	432.633	385.165
Tributos correntes a recuperar	11	73.115	119.361	907.140	1.726.315
Outros tributos	12	569.079	561.669	1.474.408	1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	13	1.070.693	1.728.996	1.316.252	2.068.315
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	673.508	663.884		
Outros valores a receber	1	1.775.691		1.775.691	
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	8.757	8.653	9.596	9.311
Demais ativos		418.183	236.984	1.305.165	899.856
		<u>7.215.516</u>	<u>7.369.215</u>	<u>17.687.138</u>	<u>21.137.969</u>
Não circulante					
Créditos com partes relacionadas	27	228.269	1.501		
Aplicações financeiras	9	16.882	14.277	99.129	63.692
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.073.000	246.164	1.620.945	348.870
Tributos diferidos a recuperar	11	4.318.604	4.440.706	8.274.432	8.315.975
Outros tributos	12	245.987	243.987	890.835	738.019
Ativo financeiro disponível para venda	3			914.216	905.829
Depósitos e bloqueios judiciais	13	7.068.920	5.998.197	11.050.936	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	58.329	71.638	60.197	73.708
Ativos mantidos para venda		24.508	24.508	242.040	94.522
Demais ativos		297.289	38.366	376.786	270.701
Investimentos	14	19.437.617	24.464.188	173.640	179.594
Imobilizado	15	5.398.725	4.723.563	24.786.286	23.103.098
Intangível	16	249.874	284.970	3.919.491	4.195.552
		<u>38.418.004</u>	<u>40.552.065</u>	<u>52.408.933</u>	<u>48.012.085</u>
Total do ativo		<u>45.633.520</u>	<u>47.921.280</u>	<u>70.096.071</u>	<u>69.150.054</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Circulante					
Salários, encargos sociais e benefícios		198.107	235.174	650.982	773.135
Fornecedores	17	1.659.794	1.567.710	4.732.174	4.657.935
Empréstimos e financiamentos	18	2.288.654	1.877.195	4.158.708	3.113.621
Instrumentos financeiros derivativos	19	309.532	194.405	409.851	309.555
Tributos correntes a recolher	11	67.424	66.539	432.317	1.065.754
Outros tributos	12	1.179.803	1.097.494	2.112.598	2.247.842
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	220.168	642.633	230.721	655.306
Autorizações e concessões a pagar	20		49.426	457.173	1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal	21	52.838	49.828	100.302	99.732
Provisões	22	770.294	1.080.455	1.223.526	1.569.356
Provisões para fundos de pensão	25	184.075	103.666	184.295	103.666
Demais obrigações	23	325.365	334.831	847.810	1.438.323
		<u>7.256.054</u>	<u>7.299.356</u>	<u>15.540.457</u>	<u>17.093.106</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	21.522.772	24.554.280	31.694.918	30.232.468
Instrumentos financeiros derivativos	19	93.524	125.321	156.800	204.742
Outros tributos	12	609.618	497.670	1.747.012	2.238.571
Autorizações e concessões a pagar	20			1.027.234	1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal	21	517.063	492.830	1.020.002	985.367
Provisões	22	2.661.458	2.981.618	4.392.791	4.850.281
Provisões para fundos de pensão	25	458.988	766.151	459.267	767.121
Demais obrigações	23	989.905	94.777	2.533.452	570.005
		<u>26.853.328</u>	<u>29.512.647</u>	<u>43.031.476</u>	<u>40.947.671</u>
Patrimônio líquido	24				
Capital		7.471.209	7.308.753	7.471.209	7.308.753
Custo de emissão de ações		(56.547)	(56.609)	(56.547)	(56.609)
Reservas de capital		3.977.623	4.302.535	3.977.623	4.302.535
Reservas de lucro		2.323.992	1.330.977	2.323.992	1.330.977
Ações em tesouraria		(2.104.524)	(2.104.524)	(2.104.524)	(2.104.524)
Outros resultados abrangentes		(91.531)	(67.093)	(91.531)	(67.093)
Variação de porcentagem de participação		3.916	3.916	3.916	3.916
Dividendos adicionais propostos			391.322		391.322
Total do patrimônio líquido		<u>11.524.138</u>	<u>11.109.277</u>	<u>11.524.138</u>	<u>11.109.277</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>45.633.520</u>	<u>47.921.280</u>	<u>70.096.071</u>	<u>69.150.054</u>

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Receitas de vendas e/ou serviços	4	6.883.370	7.016.979	28.422.147	25.161.031
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(3.304.864)	(3.448.662)	(15.259.215)	(12.670.413)
Lucro bruto		<u>3.578.506</u>	<u>3.568.317</u>	<u>13.162.932</u>	<u>12.490.618</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.063.185	2.481.715	(17.750)	(12.880)
Despesas com vendas	5	(1.320.752)	(1.267.439)	(5.553.891)	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.208.979)	(1.021.427)	(3.519.419)	(2.993.131)
Outras receitas operacionais	6	2.091.402	878.008	3.127.676	1.996.101
Outras despesas operacionais	6	(371.763)	(724.367)	(1.912.931)	(1.880.352)
		<u>253.093</u>	<u>346.490</u>	<u>(7.876.315)</u>	<u>(7.730.969)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		3.831.599	3.914.807	5.286.617	4.759.649
Receitas financeiras	7	543.404	1.150.927	1.375.217	2.275.106
Despesas financeiras	7	(2.904.087)	(3.486.536)	(4.649.665)	(4.490.889)
Resultado financeiro	7	<u>(2.360.683)</u>	<u>(2.335.609)</u>	<u>(3.274.448)</u>	<u>(2.215.783)</u>
Lucro antes das tributações		1.470.916	1.579.198	2.012.169	2.543.866
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	62.115	(74.367)	(418.498)	(932.871)
Diferido	8	(40.016)	280.059	(100.656)	173.932
Lucro líquido do exercício		<u>1.493.015</u>	<u>1.784.890</u>	<u>1.493.015</u>	<u>1.784.927</u>
Lucro líquido atribuído aos controladores		1.493.015	1.784.890	1.493.015	1.784.890
Lucro líquido atribuído aos não controladores					37
Lucro básico e diluído por ação:	24(h)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		0,91	1,09	0,91	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		0,91	1,09	0,91	1,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado		Reapresentado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.493.015	1.784.890	1.493.015	1.784.927
Aumento por Reorganização Societária		87.550		87.550
Ganho (Perda) de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(119.229)	35.842	(139.334)	52.634
Ganho (Perda) de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(20.105)	16.792		
Ganhos (Perdas) atuariais	113.972	(168.989)	114.896	(168.293)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	924	696		
Total do resultado abrangente do exercício	1.468.577	1.756.781	1.468.577	1.756.818
Resultado abrangente atribuído ao controlador	1.468.577	1.756.781	1.468.577	1.756.781
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				37

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores																		Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido			
	Capital social	Custo de emissão de ações	Reservas de capital					Reservas de lucro					Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Variação de porcentagem de participação	Outros resultados abrangentes							
			Doações e subvenções para investimento	Ágio na subscrição de ações	Especial de ágio na incorporação	Especial de incorporação – Acervo líquido	Juros sobre obras em andamento	Correção monetária especial – Lei 8.200/1991	Opções de ações	Outras reservas	Legal	Investimentos												
Em 31 de dezembro de 2011	3.731.059		123.558	372.670	2.967.829		745.756	31.287	104	126.372	383.527	507.715	(149.642)	1.748.567					10.588.802	370	10.589.172			
Adoção do CPC 33																			(38.984)	(38.984)	(38.984)			
Em 1 de janeiro de 2012	3.731.059		123.558	372.670	2.967.829		745.756	31.287	104	126.372	383.527	507.715	(149.642)	1.748.567					(38.984)	10.549.818	370	10.550.188		
Aumento de capital com ações resgatáveis	492.285				(492.285)																			
Cancelamento de ações em tesouraria				(99.822)						(49.820)				149.642										
Reorganização Societária	3.085.409			(272.848)	(890.621)	2.309.296				(76.552)				(96.199)					87.550	4.146.035	40.094	4.186.129		
Custo na emissão de ações		(56.609)																		(56.609)		(56.609)		
Encerramento do plano de opções																								
Aprovação do dividendo adicional proposto									(104)															
Resgate de ações bonificadas (R\$ 0,3002 por ação)					(492.285)																			
Dividendos intermediários (R\$ 0,3096 por ação)												(507.715)												
Direito de retirada referente a Reorganização Societária													(2.008.325)											
Dividendos e JSCP declarados por controladas																					(1.536)	(1.536)		
Aquisição de ações de minoritários																					(35.032)	(35.032)		
Variação de porcentagem de participação																								
Outros																				3.916	3.916	(3.916)		
Lucro líquido do exercício																								
Ganho de contabilidade de "hedge"																								
Ganho de contabilidade de "hedge" reflexa																								
Ganhos (Perdas) atuariais																								
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa																								
Destinação do lucro do exercício:																								
Dividendos declarados (R\$ 0,2720 por ação)																								
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,2386 por ação)																								
Constituição da reserva de investimento												947.450												
Em 31 de dezembro de 2012	7.308.753	(56.609)	123.558		1.092.638	2.309.296	745.756	31.287			383.527	947.450	(2.104.524)	391.322					3.916	(67.093)	11.109.277		11.109.277	
Aumento de capital com ações resgatáveis	162.456				(162.456)																			
Bonificação de ações resgatáveis					(162.456)																			
Custo na emissão de ações		62																			62		62	
Aprovação do dividendo adicional proposto																								
Dividendos intermediários (R\$ 0,3049 por ação)																								
Lucro líquido do exercício																								
Perda de contabilidade de "hedge"																								
Perda de contabilidade de "hedge" reflexa																								
Ganhos (Perdas) atuariais																								
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa																								
Destinação do lucro do exercício:																								
Constituição da reserva de investimento												1.493.015												
	7.471.209	(56.547)	123.558		767.726	2.309.296	745.756	31.287			383.527	1.940.465	(2.104.524)							3.916	(91.531)	11.524.138		11.524.138
Em 31 de dezembro de 2013	7.471.209	(56.547)	123.558		767.726	2.309.296	745.756	31.287			383.527	1.940.465	(2.104.524)						3.916	(91.531)	11.524.138		11.524.138	
											2.323.992									3.916	(91.531)	11.524.138		11.524.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado		Reapresentado	
	2013	2012	2013	2012
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.470.916	1.579.198	2.012.169	2.543.866
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	3.141.501	3.326.760	4.329.432	4.045.769
Depreciação e amortização	821.613	700.037	4.278.477	3.220.589
Perdas sobre contas a receber	138.195	97.781	849.779	502.509
Provisões	103.331	231.492	381.949	399.632
Provisão para fundos de pensão	10.068	7.701	10.325	8.118
Equivalência patrimonial	(1.063.185)	(2.481.715)	17.750	12.880
Perda na baixa de ativo permanente	32.602	11.716	395.004	267.273
Receita na alienação de bens	(485)	(231.974)	(214.127)	(389.128)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	32.359	49.426	93.563	121.430
Participação de empregados e administradores	(53.773)	143.682	(115.671)	386.639
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(838.170)	(472.786)	(1.158.520)	(942.021)
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(9.479)	(2.125)		(48.233)
Atualização monetária de provisões	68.605	92.185	246.205	233.017
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	40.728	43.650	81.262	81.371
Dividendos prescritos	(35.695)	(49.122)	(35.744)	(74.732)
Outros	219.460	70.824	1.851.062	1.376.661
	<u>4.078.591</u>	<u>3.116.730</u>	<u>13.022.915</u>	<u>11.745.640</u>
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	174.525	(150.170)	556.009	(1.722.341)
Estoques	(12.537)	(9.495)	(53.696)	(234.494)
Tributos	397.760	118.830	(594.144)	583.571
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.106.605)	(1.360.659)	(6.230.243)	(8.885.812)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.937.794	609.427	8.203.246	8.963.131
Despesas antecipadas	(229.489)	(101.781)	(1.954.059)	(1.452.539)
Fornecedores	482.763	(430.803)	(250.056)	(761.011)
Salários, encargos sociais e benefícios	16.706	29.107	(972)	64.290
Provisões	(398.337)	(310.165)	(934.039)	(771.155)
Provisão para fundos de pensão	(124.245)	(100.525)	(124.246)	(100.526)
Outras contas ativas e passivas	(1.904.532)	(151.542)	(1.581.866)	179.935
	<u>(766.197)</u>	<u>(1.857.776)</u>	<u>(2.964.066)</u>	<u>(4.136.951)</u>
Encargos financeiros pagos	(1.528.287)	(1.844.636)	(2.448.391)	(2.502.884)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(11.156)	(1.030)	(314.221)	(992.820)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(68.108)	(71.429)	(325.931)	(286.538)
Dividendos recebidos	873.645	948.185	65.006	83.087
	<u>(733.906)</u>	<u>(968.910)</u>	<u>(3.023.537)</u>	<u>(3.699.155)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>2.578.488</u>	<u>290.044</u>	<u>7.035.312</u>	<u>3.909.534</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.860.546)	(853.431)	(5.976.488)	(5.329.827)
Créditos com partes relacionadas e debêntures – Liberações	(345.785)	(3.041)		
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	130.837	149.147		133.023
Recursos obtidos na venda de bens	485	362.839	4.127	716.475
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.275.664)	(1.610.764)	(1.693.945)	(2.409.166)
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	666.483	369.428	958.529	747.696
Ativo financeiro disponível para venda				(250.186)
Aquisição de ações de minoritários				(35.032)
Fluxo de caixa decorrente de perda de controle de controladas			(50.732)	
Aumento/Redução de investimentos permanentes	240.572	13.958	(11.796)	(67.657)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(2.443.618)	(1.571.864)	(6.770.305)	(6.494.674)
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos	3.004.858	8.062.318	3.434.762	7.067.093
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	(2.362.576)	(4.932.933)	(3.567.958)	(4.980.381)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação		461.837		4.930.186
Autorizações e concessões	(49.426)		(710.968)	(319.667)
Programa de refinanciamento fiscal	(53.610)	(52.034)	(174.455)	(153.227)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.278.091)	(2.404.370)	(1.280.162)	(2.405.419)
Reembolso de ações		(2.008.325)		(2.008.325)
Bonificação de ações		(1.155.811)		(1.155.811)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(738.845)	(2.029.318)	(2.298.781)	974.449
Varição cambial sobre equivalentes de caixa	2.007	805	50.443	14.346
Fluxo de caixa do exercício	(601.968)	(3.310.333)	(1.983.331)	(1.596.345)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	442.016	1.043.984	2.424.830	4.408.161
Saldo inicial	1.043.984	4.354.317	4.408.161	6.004.506
Varição no exercício	(601.968)	(3.310.333)	(1.983.331)	(1.596.345)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oi S.A. e sociedades controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não-caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(350.838)	457.318	637.884	1.146.565
Cessão de dívida da Companhia quitada com dividendos a receber "intercompany"	844.255			
Redução do investimento na Oi Móvel mediante a liquidação de mútuo e debêntures da Companhia com a controlada (Nota 14 item (ii))		3.763.789		
Resgate parcial de ações de investidas liquidado por mútuo		1.210.302		
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	403.920	246.887	495.259	378.693

Reorganização Societária

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos em 27 de fevereiro de 2012 decorrentes da Reorganização Societária, comentada na Nota 1, estão resumidos abaixo.

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Caixa e equivalentes de caixa	461.837	4.930.186
Tributos a recuperar	199.060	5.084.467
Investimentos	20.365.629	60.307
Imobilizado	7.250	15.011.937
Intangível	829	2.693.297
Empréstimos e financiamentos	(17.795.900)	(21.101.747)
Tributos a recolher	(13.463)	(2.288.777)
Outros ativos e passivos	920.793	(243.635)
Acervo líquido incorporado	4.146.035	4.146.035

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da controlada indireta TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão prevêem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 16.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em Reunião realizada em 18 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2013	Indireta 2013	Direta 2012	Indireta 2012
Oi Móvel	Telefonia móvel – Região II	Brasil		100%	100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)	Tráfego de dados	Brasil		100%	99,99%	100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)	Serviços financeiros	Brasil		100%	100%	
Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil		100%	100%	
BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”)	Holding	Brasil		100%	100%	
Internet Group do Brasil S.A. (“iG Brasil”)	Internet	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (“BrT CS”) (i)	Tráfego de dados	Brasil			99,99%	100%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (i)	Tráfego de dados	Bermuda				100%
Brasil Telecom of America Inc. (i)	Tráfego de dados	Estados Unidos da America				100%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. (“BrT Venezuela”)	Tráfego de dados	Venezuela	100%			100%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal (i)	Tráfego de dados	Colômbia				100%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		100%		100%
Rio Alto Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	50%		100%	
Copart 5 Participações S.A. (“Copart 5”)	Investimentos em propriedades	Brasil		100%	100%	
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	100%		100%	
TNL PCS S.A. (ii)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	Brasil		100%		100%
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Investimentos em propriedades	Brasil	99,87%	100%	99,87%	100%
Copart 4 Participações S.A. (“Copart 4”)	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Telemar Internet Ltda. (“Oi Internet”)	Internet	Brasil		100%		100%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda de imóveis	Brasil		100%		100%
SEREDE – Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil		100%		100%
VEX Wifi Tec España S.L	Internet Wifi	Espanha		100%		100%

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2013	Indireta 2013	Direta 2012	Indireta 2012
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela		100%		100%
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi	Uruguai		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		90%		90%
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da America		100%		100%
VEX Bolivia	Internet Wifi	Bolívia		100%		100%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi	Argentina		100%		100%
VEX Wifi Canadá Ltd.	Internet Wifi	Canadá		100%		100%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda.	Internet Wifi	Chile		100%		100%
VEX Colombia Ltda.	Internet Wifi	Colômbia		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi	Paraguai		99,99%		99,99%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	Peru		100%		100%
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi	Portugal		98,58%		98,58%
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi	Panamá		100%		100%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (“Oi Holanda”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda	100%		100%	
Circuito das Águas Telecom S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Caryopoceae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%

(i) Empresa vendida em dezembro de 2013, conforme Nota 1.

(ii) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 30.

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2013	Indireta 2013	Direta 2012	Indireta 2012
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Tráfego de dados	Brasil		50%		50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”)	Financeira	Brasil		50%		50%

Reforma do Estatuto Social da Companhia

Em reunião da AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Companhia no referido nível de governança.

Reorganizações Societárias em 2012

Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela

Oi S.A. e sociedades controladas

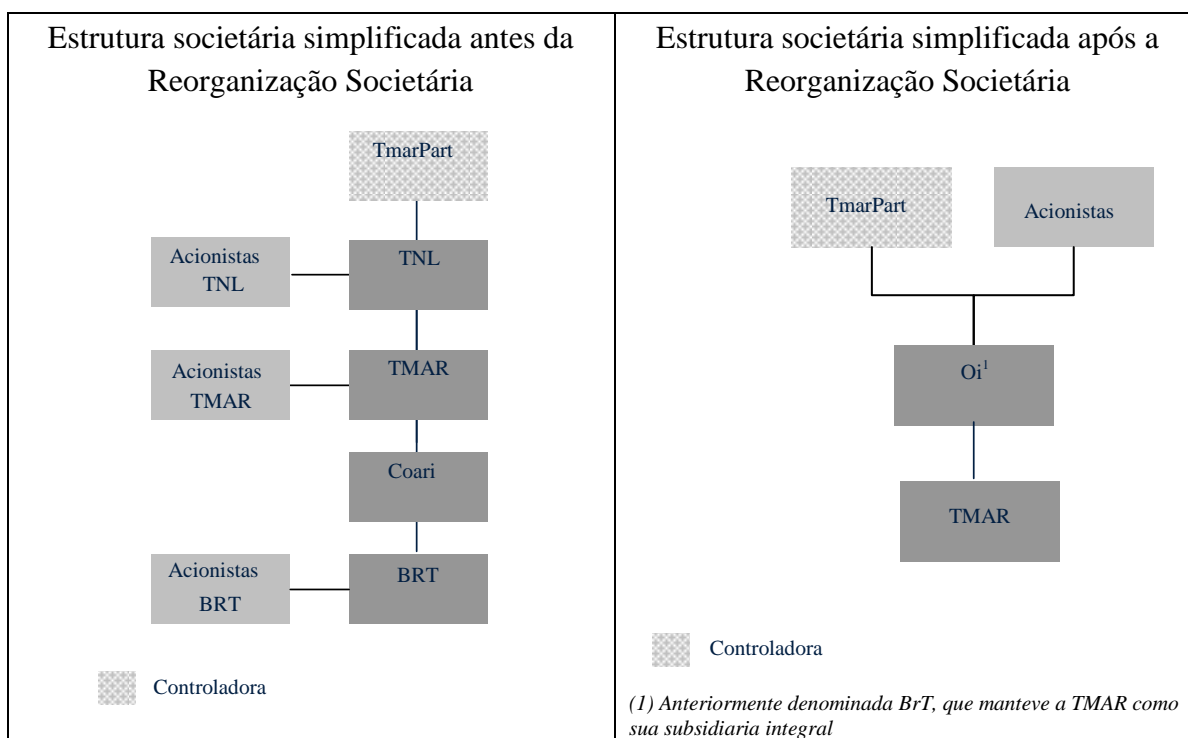
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passou a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O aumento no patrimônio líquido da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$ 4.146.035.

Oi S.A. e sociedades controladas

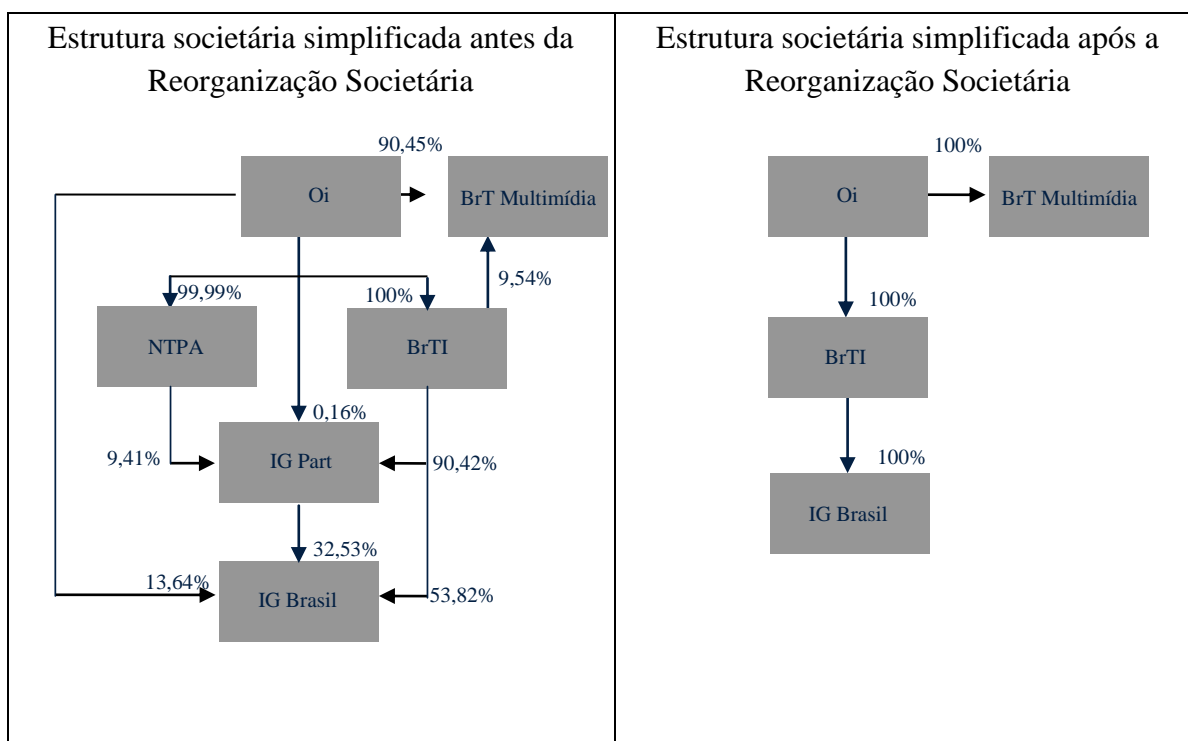
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando começaram a incluir os saldos e transações decorrentes das operações da TMAR e controladas.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrTI, pela Companhia, no valor de R\$ 51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Companhia na NTPA (99,99%), iG Participações (“iG Part”) (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$ 48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Companhia e (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “holdings” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

Reorganização Societária de 2013

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Companhia a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”. Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

GlobeNet

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Companhia celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária BrT CS, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo “GlobeNet”, representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Companhia e suas controladas.

A referida transação estava sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Conforme divulgado no fato relevante de 23 de dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação, segundo o qual, a Companhia transfere a totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$ 1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em outras receitas operacionais, no montante de R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Adoção de novas práticas contábeis

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Em conformidade com o parágrafo 40^a do CPC 26(R2), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas não teria impacto material sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012.

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Saldos ajustados em 31/12/2012	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Ativo circulante	7.369.215		7.369.215	21.144.786		(6.817)	21.137.969
Caixa e equivalentes de caixa	1.043.984		1.043.984	4.413.042		(4.881)	4.408.161
Aplicações financeiras	853.277		853.277	2.425.907			2.425.907
Instrumentos financeiros derivativos	381.866		381.866	640.229			640.229
Contas a receber	1.756.800		1.756.800	7.018.497		(964)	7.017.533
Estoques	13.741		13.741	385.165			385.165
Tributos correntes a recuperar	119.361		119.361	1.726.369		(54)	1.726.315
Outros tributos	561.669		561.669	1.557.177			1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	1.728.996		1.728.996	2.068.315			2.068.315
Dividendos e juros sobre o capital próprio	663.884		663.884				
Ativo relacionado aos fundos de pensão	8.653		8.653	9.311			9.311
Demais ativos	236.984		236.984	900.774		(918)	899.856
Ativo não circulante	40.470.963	81.102	40.552.065	47.932.108	79.372	605	48.012.085
Créditos com partes relacionadas	1.501		1.501				
Aplicações financeiras	14.277		14.277	63.692			63.692
Instrumentos financeiros derivativos	246.164		246.164	348.870			348.870
Tributos diferidos a recuperar	4.333.272	107.434	4.440.706	8.210.906	106.779	(1.710)	8.315.975
Outros tributos	243.987		243.987	738.019			738.019
Ativo financeiro disponível para venda				905.829			905.829
Depósitos e bloqueios judiciais	5.998.197		5.998.197	9.722.731		(206)	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	99.242	(27.604)	71.638	101.114	(27.407)		73.707
Ativos mantidos para venda	24.508		24.508	94.522			94.522
Demais ativos	38.366		38.366	318.500		(47.798)	270.702
Investimentos	24.462.916	1.272	24.464.188	80.712		98.882	179.594
Imobilizado	4.723.563		4.723.563	23.110.061		(6.963)	23.103.098
Intangível	284.970		284.970	4.237.152		(41.600)	4.195.552
Ativo total	47.840.178	81.102	47.921.280	69.076.894	79.372	(6.212)	69.150.054
Passivo circulante	7.299.356		7.299.356	17.096.423			17.093.106
Salários, encargos sociais e benefícios	235.174		235.174	774.166		(1.031)	773.135
Fornecedores	1.567.710		1.567.710	4.658.849		(914)	4.657.935
Empréstimos e financiamentos	1.877.195		1.877.195	3.113.621			3.113.621
Instrumentos financeiros derivativos	194.405		194.405	309.555			309.555
Tributos correntes a recolher	66.539		66.539	1.065.754			1.065.754
Outros tributos	1.097.494		1.097.494	2.248.075		(233)	2.247.842
Dividendos e juros sobre o capital próprio	642.633		642.633	655.306			655.306
Autorizações e concessões a pagar	49.426		49.426	1.058.881			1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal	49.828		49.828	99.732			99.732
Provisões	1.080.455		1.080.455	1.569.356			1.569.356
Provisões para fundos de pensão	103.666		103.666	103.666			103.666
Demais obrigações	334.831		334.831	1.439.462		(1.139)	1.438.323
Passivo não circulante	29.224.268	288.379	29.512.647	40.663.917	286.649	(2.895)	40.947.671
Empréstimos e financiamentos	24.554.280		24.554.280	30.232.468			30.232.468
Instrumentos financeiros derivativos	125.321		125.321	204.742			204.742
Outros tributos	497.670		497.670	2.238.571			2.238.571
Autorizações e concessões a pagar				1.099.116			1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal	492.830		492.830	985.367			985.367
Provisões	2.981.618		2.981.618	4.851.273		(992)	4.850.281
Provisões para fundos de pensão	477.773	288.379	766.152	480.471	286.649		767.120
Demais obrigações	94.776		94.776	571.909		(1.903)	570.006
Patrimônio líquido	11.316.554	(207.277)	11.109.277	11.316.554	(207.277)		11.109.277
Capital	7.308.753		7.308.753	7.308.753			7.308.753
Custo de emissão de ações	(56.609)		(56.609)	(56.609)			(56.609)
Reservas de capital	4.302.535		4.302.535	4.302.535			4.302.535
Reservas de lucro	1.330.977		1.330.977	1.330.977			1.330.977
Ações em tesouraria	(2.104.524)		(2.104.524)	(2.104.524)			(2.104.524)
Outros resultados abrangentes	140.184	(207.277)	(67.093)	140.184	(207.277)		(67.093)
Variação de porcentagem de participação	3.916		3.916	3.916			3.916
Dividendos adicionais propostos	391.322		391.322	391.322			391.322
Passivo total	47.840.178	81.102	47.921.280	69.076.894	79.372	(6.212)	69.150.054

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	11.316.554	11.316.554
Participações dos não controladores originalmente apresentada		
Patrimônio líquido total	11.316.554	11.316.554
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais (i)	(208.549)	(207.277)
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	1.272	
	(207.277)	(207.277)
Atribuído a:		
Controlador	(207.277)	(207.277)
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	11.109.277	11.109.277
Atribuído a:		
Controlador	11.109.277	11.109.277
Não controladores		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Receita de venda de bens e/ou serviços	25.169.230	(8.199)	25.161.031
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(12.673.253)	2.840	(12.670.413)
Resultado bruto	12.495.977	(5.359)	12.490.618
Despesas/Receitas operacionais	(7.735.838)	4.869	(7.730.969)
Despesas com vendas	(4.847.297)	6.590	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	(2.998.437)	5.306	(2.993.131)
Outras receitas operacionais	1.996.122	(12.901)	1.983.221
Outras despesas operacionais	(1.886.226)	5.874	(1.880.352)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	4.760.139	(490)	4.759.649
Resultado financeiro	(2.215.527)	(256)	(2.215.783)
Receitas financeiras	2.275.372	(266)	2.275.106
Despesas financeiras	(4.490.899)	10	(4.490.889)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.544.612	(746)	2.543.866
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(759.685)	746	(758.939)
Corrente	(934.079)	1.208	(932.871)
Diferido	174.394	(462)	173.932
Resultado líquido das operações continuadas	1.784.927		1.784.927
Lucro consolidado do exercício	1.784.927		1.784.927
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.784.890		1.784.890
Atribuído a sócios não controladores	37		37

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Fluxos de caixa	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos ajustados em 31/12/2012
Atividades operacionais	3.858.934	50.600	3.909.534
Atividades de investimentos	(6.439.193)	(55.481)	(6.494.674)
Atividades de financiamentos	974.449		974.449

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

(c) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 20.739 (2012 – passivo a descoberto de R\$ 2.563).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não são ágios.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, “*simcard*” e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a fazer uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas Oi Móvel e TNL PCS implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 22. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – a revisão clarifica o significado de “atualmente tiver um direito exequível de compensar os valores reconhecidos” e trata da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a revisão seja relevante no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 - Tributos - a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a interpretação venha a gerar impacto relevante no reconhecimento de suas obrigações de pagar tributos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. No que se refere ao passivo financeiro, é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A referida norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	418.699	418.699	2.118.646	2.118.646
Aplicações financeiras	Valor justo	47.995	47.995	591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.844.012	1.844.012	7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.356.071	1.356.071	2.073.179	2.073.179
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	673.508	673.508		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	228.269	228.269		
Outros valores a receber	Custo amortizado	1.775.691	1.775.691	1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			914.216	914.216
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.659.794	1.659.794	4.732.174	4.732.174
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.418.258	13.043.219	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	10.393.168	10.396.157	9.374.685	9.303.058
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	403.056	403.056	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	220.168	220.168	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado	569.901	569.901	1.120.304	1.120.304
Obrigação de compra de participação acionária	Custo amortizado	418.069	418.069	418.069	418.069

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.020.224	1.020.224	4.061.344	4.061.344
Aplicações financeiras	Valor justo	867.554	867.554	2.489.599	2.489.599
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.756.800	1.756.800	7.017.533	7.017.533
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	628.030	628.030	989.099	989.099
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	663.884	663.884		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.501	1.501		
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			905.829	905.829
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.567.710	1.567.710	4.657.935	4.657.935
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	12.828.637	13.466.814	25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado	13.602.838	14.548.228	8.176.388	8.457.517
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	319.726	319.726	514.297	514.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	642.633	642.633	655.306	655.306
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado	49.426	49.426	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado	542.658	542.658	1.085.099	1.085.099

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a TMAR apurou valorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 8.387, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 5.535.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2013.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		2013	2012	2013	2012
Ativos					
Equivalentes de caixa	Nível 2	418.699	1.020.224	2.118.646	4.061.344
Aplicações financeiras	Nível 2	47.995	867.554	591.639	2.489.599
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.356.071	628.030	2.073.179	989.099
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1			914.216	905.829
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	403.056	319.726	566.651	514.297

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar e Programa de refinanciamento fiscal: todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, para o riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 13,25% (2012 – 6,71%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,1% (2012 – 39,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 99,6% (2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	37.297	37.297	27.565	27.565
Aplicações financeiras	869	869	140	140
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.349.991	1.349.991	529.007	529.007
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	6.753.088	6.753.088	5.732.390	5.732.390
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	231.166	231.166	210.273	210.273

	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	369.292	369.292	449.791	449.791
Aplicações financeiras	30.334	30.334	13.246	13.246
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.954.915	1.954.915	780.622	780.622
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	14.566.437	14.566.437	12.848.763	12.848.763
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	369.464	369.464	369.166	369.166

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	5,5 - 8,1	435.184	347.283
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,8	420.215	74.483

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,5 - 8,3	865.664	469.935
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,8	420.215	74.484

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	130.675	(99.311)
Contratos de “Non Delivery Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	132.751	(3.721)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,8 - 2,1	21.649	(4.254)
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	2,1	(31.969)	(18.571)
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	177.140	(106.416)
Contratos de “Non Delivery Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	132.752	(3.721)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com “swap” cambial	391.417	152.555	676.490	458.774
Operações de termo em moedas	498.693	407.574	478.152	467.041
Total	890.110	560.129	1.154.642	925.815

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2012	128.127	128.127
Resultado dos “hedges” designados	(94.409)	(126.511)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(16.241)	(16.611)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	34.858	36.072
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	25.769	36.397
“Hedge” reflexo de controlada	(20.630)	
Saldo em 2013	57.474	57.474

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2013	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,3426	0%
Euro	3,2265	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,9283	25%
Euro	4,0331	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,5139	50%
Euro	4,8398	50%

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
2013				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.574.854	5.718.568	6.862.281
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(8.221.615)	(10.277.019)	(12.332.423)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(38.166)	(47.708)	(57.249)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.425.781	3.032.226	3.638.672
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.415.315)	(3.019.144)	(3.622.973)
Total vinculado a taxas de câmbio		(3.674.461)	(4.593.077)	(5.511.692)

CONSOLIDADO				
2013				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.522.529	15.653.161	18.783.794
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(12.262.210)	(15.327.763)	(18.393.315)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(399.223)	(499.029)	(598.835)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.425.781	3.032.226	3.638.672
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.415.315)	(3.019.144)	(3.622.973)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
Total vinculado a taxas de câmbio		(128.841)	(161.053)	(193.262)

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 63,2% (2012 – 65,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 76,0% (2012 – 70,3%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	381.402	381.402	992.659	992.659
Aplicações financeiras	47.126	47.126	867.414	867.414
Créditos com partes relacionadas	228.269	228.269	1.501	1.501
Instrumentos financeiros derivativos	6.080	6.080	99.023	99.023
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13.070.601	13.070.601	16.772.280	16.772.280
Instrumentos financeiros derivativos	171.890	171.890	109.453	109.453

	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.749.354	1.749.354	3.611.553	3.611.553
Aplicações financeiras	561.305	561.305	2.476.353	2.476.353
Instrumentos financeiros derivativos	118.264	118.264	208.477	208.477
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	19.115.168	19.115.168	18.470.697	18.470.697
Instrumentos financeiros derivativos	197.187	197.187	145.132	145.132

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “swap” Pré/DI	6,8	(53.625)	41.189

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “swap” Pré/DI	6,8	(53.625)	41.189
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,5	(4.066)	(6.779)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI			388
Contratos de “swap” Pré/DI	6,8		57.446
Contratos de “swap” US LIBOR/US\$ Pré	8,1	(112.185)	(109.453)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	2013	2012	
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI			388
Contratos de “swap” Pré/DI	6,8		57.446
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	2,1 - 8,1	(133.417)	(138.353)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	8,1	112.185	109.454

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “*swap*” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

CDI+ “*Spread*”/CDI: Refere-se a operação de “*swap*” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “*spread*”. Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais “*spread*” e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “*swap*” de taxa de juros para conversão de uma posição de “*swap*” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros	(51.940)	(87.343)	3.878	16.206
Total	(51.940)	(87.343)	3.878	16.206

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2012	12.057	12.057
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	(82.992)	(80.487)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	528	500
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	(22.393)	(24.075)
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	35.651	35.381
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	525	
Saldo em 2013	(56.624)	(56.624)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde junho de 2009, a taxa TJLP se mantém estável em 6% a.a.. Em julho de 2012, a taxa foi

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reduzida para 5,5% a.a. e caiu novamente para 5,0% a.a. em dezembro de 2012, tendo se mantido neste patamar até dezembro de 2013.

2013								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
9,77%	5,00%	0,3480%	12,21%	6,25%	0,4350%	14,66%	7,50%	0,5220%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.652.219	3.204.378	3.753.883
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.121.342	3.853.406	4.577.770
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	229.476	261.382	300.929
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Alta da US LIBOR	(969.916)	(984.718)	(999.520)
Total vinculado a taxas de juros		5.033.121	6.334.448	7.633.062

CONSOLIDADO				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.686.311	4.446.480	5.201.680
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.866.455	4.745.402	5.615.088
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.490.033	1.699.028	1.951.555
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Alta da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)
Total vinculado a taxas de juros		9.122.145	10.971.115	12.849.384

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA e de risco soberano.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinarciamentar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	856.467	7.145.434	4.422.559	3.207.699	15.632.159
Debêntures (i)	2.825.095	5.349.564	4.508.353	1.998.885	14.681.897
Fornecedores (ii)	413.282				413.282

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.750.326	16.423.096	4.358.303	8.370.961	32.902.686
Debêntures (i)	2.825.095	5.363.004	4.554.704	2.015.733	14.758.536
Fornecedores (ii)	1.694.200				1.694.200
Autorizações e concessões (iii)	457.173	1.024.669	2.565		1.484.407

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção “*Covenants*”.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.810.668	13.392.030	45.252.584	39.900.634
Deduções da receita bruta	(6.927.298)	(6.375.051)	(16.830.437)	(14.739.603)
Tributos	(2.392.581)	(2.477.535)	(9.538.623)	(8.830.997)
Outras deduções	(4.534.717)	(3.897.516)	(7.291.814)	(5.908.606)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.883.370	7.016.979	28.422.147	25.161.031

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. DESPESAS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de terceiros	(1.467.629)	(1.438.456)	(6.021.902)	(5.307.179)
Depreciação e amortização	(821.613)	(700.037)	(4.278.477)	(3.220.587)
Interconexão	(1.555.349)	(1.649.919)	(3.965.623)	(3.914.543)
Pessoal (i)	(615.514)	(566.699)	(2.452.969)	(1.851.462)
Serviço de manutenção da rede	(678.702)	(649.147)	(2.372.140)	(2.029.245)
Aluguéis e seguros	(413.140)	(474.438)	(2.066.684)	(1.603.159)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(97.781)	(849.779)	(502.509)
FISTEL	(16.012)	(16.196)	(689.043)	(627.896)
Publicidade e propaganda	(52.526)	(59.152)	(556.536)	(442.932)
Custo de aparelhos e outros			(515.377)	(507.465)
Materiais	(26.997)	(28.342)	(221.354)	(144.847)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(32.359)	(49.426)	(93.563)	(121.430)
Outros custos e despesas	(16.559)	(7.935)	(249.078)	(230.997)
Total	(5.834.595)	(5.737.528)	(24.332.525)	(20.504.251)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.304.864)	(3.448.662)	(15.259.215)	(12.670.413)
Despesas com vendas	(1.320.752)	(1.267.439)	(5.553.891)	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	(1.208.979)	(1.021.427)	(3.519.419)	(2.993.131)
Total	(5.834.595)	(5.737.528)	(24.332.525)	(20.504.251)

- (i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 10.214 (2012 - R\$ 22.157) no consolidado.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Outras receitas operacionais				
Ganho na alienação de investimentos (Nota 1)	1.496.579		1.496.579	
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	298.599	269.024	698.885	692.915
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	148.398	182.074	394.857	398.158
Receita na alienação de bens	485	231.974	214.127	389.859
Multas	56.781	61.419	181.629	239.686
Serviços técnicos e administrativos	20.165	48.059	51.970	110.627
Dividendos prescritos	35.695	49.122	35.744	74.732
Outras receitas	34.700	36.336	53.885	90.124
Total	2.091.402	878.008	3.127.676	1.996.101
Outras despesas operacionais				
Tributos	(139.136)	(150.213)	(1.171.083)	(893.374)
Provisões/Reversões	(103.331)	(231.492)	(381.949)	(399.632)
Multas	(17.990)	(13.581)	(123.450)	(19.075)
Participação de empregados e administradores	53.773	(143.682)	115.671	(386.639)
Baixa de imobilizado	(12.928)	(21.251)	(68.508)	(48.977)
Custas processuais	(39.754)	(45.245)	(63.225)	(62.074)
Provisões para fundos de pensão e outros correlatos	(10.068)	(86.261)	(10.325)	(8.118)
Outras despesas	(102.329)	(32.642)	(210.062)	(62.463)
Total	(371.763)	(724.367)	(1.912.931)	(1.880.352)

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	352.074	411.469	694.734	719.510
Rendimentos de aplicações financeiras	67.746	151.068	278.598	514.617
Dividendos recebidos (i)			78.173	99.181
Varição cambial sobre aplicações financeiras no exterior	1.652	508.141	69.626	650.487
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	83.559	45.298		48.233
Outras receitas	38.373	34.951	254.086	243.078
Total	543.404	1.150.927	1.375.217	2.275.106
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Varição monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.421.097)	(1.376.342)	(2.013.066)	(2.076.652)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(719.069)	(731.720)	(1.591.915)	(1.313.059)
Juros sobre debêntures	(857.738)	(751.066)	(860.400)	(753.185)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(271.264)	(663.989)		
Operações de instrumentos financeiros derivativos	838.170	472.786	1.158.520	942.021
Sub-total:	(2.430.998)	(3.050.331)	(3.306.861)	(3.200.875)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(202.709)	(123.423)	(615.810)	(488.074)
Atualização monetária de provisões	(68.605)	(92.185)	(246.205)	(233.017)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(77.144)	(106.493)	(193.048)	(249.087)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(40.728)	(43.650)	(81.262)	(81.371)
Outras despesas	(83.903)	(70.454)	(206.479)	(238.465)
Sub-total:	(473.089)	(436.205)	(1.342.804)	(1.290.014)
Total	(2.904.087)	(3.486.536)	(4.649.665)	(4.490.889)
Resultado financeiro	(2.360.683)	(2.335.609)	(3.274.448)	(2.215.783)

- (i) Em 17 de maio de 2013, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de € 29.137 (R\$ 75.994).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	62.115	(74.367)	(418.498)	(932.871)
Do exercício	(12.685)	(74.367)	(493.298)	(932.871)
De exercícios anteriores (i)	74.800		74.800	
Tributos diferidos	(40.016)	280.059	(100.656)	173.932
Total	22.099	205.692	(519.154)	(758.939)
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	(52.701)	205.692	(593.954)	(758.939)
Tributos correntes (de exercícios anteriores)	74.800		74.800	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes das tributações	1.470.916	1.579.198	2.012.169	2.543.866
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			38.372	(8.348)
Total do resultado tributado	1.470.916	1.579.198	2.050.541	2.535.518
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(500.111)	(536.927)	(697.184)	(862.076)
Equivalência patrimonial	361.483	843.783	(6.035)	(4.379)
Efeitos tributários do JSCP		(72.420)		(4.406)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (ii)	24	24	31.573	155.662
Exclusões (adições) permanentes (iii)	85.903	(28.768)	145.688	(12.504)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			25.783	613
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(93.779)	(40.530)
Ativo fiscal diferido constituído (v)				8.681
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(52.701)	205.692	(593.954)	(758.939)

- (i) Referem-se a ajustes ao saldo negativo de IRPJ e de CSLL apurados no ano-calendário de 2008.
- (ii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado das controladas TMAR e TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (iii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.
- (iv) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”).

Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; (iii) até o momento não há norma definindo prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e contas bancárias	23.317	23.760	306.184	346.817
Equivalentes de caixa	418.699	1.020.224	2.118.646	4.061.344
Total	442.016	1.043.984	2.424.830	4.408.161

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimentos exclusivos	360.053	986.146	1.354.627	3.654.226
CDB – Certificado de Depósito Bancário	20.352	10.586	500.984	355.904
“Time Deposits”	32.887	23.135	225.944	23.145
Operações compromissadas	4.997		30.250	23.722
Outros	410	357	6.841	4.347
Equivalentes de caixa	418.699	1.020.224	2.118.646	4.061.344

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimentos exclusivos	31.113	853.277	492.510	2.407.900
Títulos privados	16.882	14.277	99.129	81.699
Total	47.995	867.554	591.639	2.489.599
Circulante	31.113	853.277	492.510	2.425.907
Não circulante	16.882	14.277	99.129	63.692

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Operações compromissadas	210.540	930.157	772.862	3.104.259
CDB – Certificado de Depósito Bancário	145.595	33.728	445.981	124.788
“Time Deposits”	3.356	3.630	117.224	343.279
Títulos públicos		18.106		49.979
Outros	562	525	18.560	31.921
Títulos classificados em equivalentes de caixa	360.053	986.146	1.354.627	3.654.226
Títulos públicos	30.244	853.137	462.177	2.394.654
Outros	869	140	30.333	13.246
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	31.113	853.277	492.510	2.407.900
Total aplicado em fundos exclusivos	391.166	1.839.423	1.847.137	6.062.126

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Serviços faturados	1.495.414	1.329.592	5.589.716	5.301.974
Serviços a faturar	599.264	754.676	1.467.865	1.888.295
Aparelhos e acessórios vendidos	43.546	5.264	693.140	578.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(294.212)	(332.732)	(654.042)	(751.287)
Total	1.844.012	1.756.800	7.096.679	7.017.533

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
A faturar	599.264	754.676	1.467.865	1.888.295
A vencer	254.113	386.031	2.998.638	3.377.007
A receber de outros provedores	669.377	323.522	1.403.182	737.060
Vencidas até 60 dias	422.578	436.713	1.142.804	1.162.487
Vencidas de 61 a 90 dias	41.468	46.175	162.219	154.918
Vencidas de 91 a 120 dias	35.830	34.820	145.272	127.301
Vencidas de 121 a 150 dias	24.690	29.558	113.931	100.194
Vencidas de 151 a 180 dias	90.904	78.037	316.810	221.558
Total	2.138.224	2.089.532	7.750.721	7.768.820

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2012	(500.689)	(583.830)
Aumento por Reorganização Societária		(363.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.781)	(502.509)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	265.738	698.305
Saldo em 2012	(332.732)	(751.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(849.779)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	176.715	947.024
Saldo em 2013	(294.212)	(654.042)

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	17.736	12.906	411.782	806.135
CS a recuperar (i)	6.395	4.655	158.475	320.922
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	48.984	101.800	336.883	599.258
Total circulante	73.115	119.361	907.140	1.726.315
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.311.330	1.456.452	1.311.330	1.456.452
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	472.079	524.323	472.079	524.323
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.216.978	1.235.788	2.739.904	2.989.504
CS sobre diferenças temporárias (iv)	387.278	404.755	848.677	891.015
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	603.760	467.782	1.859.941	1.536.376
CS sobre base negativa (iv)	213.608	153.251	747.316	669.610
Outros tributos diferidos (v)	113.571	198.355	295.185	248.695
Total não circulante	4.318.604	4.440.706	8.274.432	8.315.975

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	9.217	8.567	275.735	719.944
CS a pagar	58.207	57.972	156.582	345.810
Total circulante	67.424	66.539	432.317	1.065.754

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	Adições (Exclusões) temporárias por natureza:	3.387.665	3.621.318	5.371.990
Provisões	1.170.920	1.385.940	1.704.234	1.989.192
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	160.795	131.825	206.653	167.550
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.027	305.123	228.124	305.386
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	107.442	113.129	611.713	621.917
Participação nos lucros	24.459	47.823	63.031	137.349
Variações cambiais	155.202	(21.403)	493.488	278.479
Ágio incorporado (iii)	1.783.409	1.980.775	1.783.409	1.980.775
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis			238.974	241.826
Contabilidade de "hedge"	2.919	(58.501)	(438)	(72.216)
Outras adições e exclusões temporárias	(245.508)	(263.393)	42.802	211.036

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 223.503 (2012 - R\$ 154.849).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	15.074	620.434
2015	164.707	252.301
2016	332.537	786.659
2017	294.350	723.809
2018	453.076	945.853
De 2019 a 2021	1.161.880	2.694.101
De 2022 a 2023		172.681
Total	2.421.624	6.195.838

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2013
Impostos diferidos Ativos / (Passivos)						
Provisões	1.385.940	(215.020)				1.170.920
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	131.825	28.970				160.795
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	305.123	(18.383)		(58.713)		228.027
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	113.129	(5.687)				107.442
Participação nos lucros	47.823	(23.364)				24.459
Variações cambiais	(21.403)	176.605				155.202
Ágio incorporado	1.980.775	(197.366)				1.783.409
Contabilidade de "hedge"	(58.501)			61.420		2.919
Outras adições e exclusões temporárias	(263.393)	17.894			(9)	(245.508)
Prejuízos fiscais	467.782	135.978				603.760
Base negativa de CSSL	153.251	60.357				213.608
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	198.355		(92.511)		7.727	113.571
Total	4.440.706	(40.016)	(92.511)	2.707	7.718	4.318.604

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2013
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisões	1.989.192	(284.958)				1.704.234
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	167.550	39.103				206.653
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	305.386	(18.116)		(59.146)		228.124
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	621.917	(10.204)				611.713
Participação nos lucros	137.349	(74.318)				63.031
Variações cambiais	278.479	215.009				493.488
Ágio incorporado	1.980.775	(197.366)				1.783.409
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826	(2.852)				238.974
Contabilidade de "hedge"	(72.216)			71.778		(438)
Outras adições e exclusões temporárias	211.036	(168.225)			(9)	42.802
Prejuízos fiscais	1.536.376	323.565				1.859.941
Base negativa de CSSL	669.610	77.706				747.316
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	248.695		(20.810)		67.300	295.185
Total	8.315.975	(100.656)	(20.810)	12.632	67.291	8.274.432

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recuperar (i)	756.615	734.138	2.102.249	1.980.203
PIS e COFINS	43.865	57.057	197.036	183.765
Outros	14.586	14.461	65.958	131.228
Total	815.066	805.656	2.365.243	2.295.196
Circulante	569.079	561.669	1.474.408	1.557.177
Não circulante	245.987	243.987	890.835	738.019

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	712.584	697.466	1.248.232	1.400.997
ICMS Convênio nº 69/1998	20.568	17.309	443.305	444.600
PIS e COFINS	832.106	715.920	1.141.601	1.781.148
FUST/FUNTEL/Radiodifusão	107.730	153.475	762.289	716.088
Outros	116.433	10.994	264.183	143.580
Total	1.789.421	1.595.164	3.859.610	4.486.413
Circulante	1.179.803	1.097.494	2.112.598	2.247.842
Não circulante	609.618	497.670	1.747.012	2.238.571

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	6.556.381	6.207.634	8.355.816	7.979.742
Tributárias	584.377	568.970	2.277.236	2.119.141
Trabalhistas	998.855	950.589	1.734.136	1.691.957
Total	8.139.613	7.727.193	12.367.188	11.790.840
Circulante	1.070.693	1.728.996	1.316.252	2.068.315
Não circulante	7.068.920	5.998.197	11.050.936	9.722.525

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Investimentos em controladas	19.411.927	24.438.498		
Negócios em conjunto			86.633	98.882
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.656	23.861
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	55.351	56.851
Total	19.437.617	24.464.188	173.640	179.594

O saldo consolidado de Outros investimentos inclui, no montante de R\$ 32.222, o investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2012	7.452.333	8.436
Aumento por Reorganização Societária	20.365.629	60.307
Ajustes CPC 19	1.272	111.762
Equivalência patrimonial (i)	2.481.715	(12.880)
Redução de capital da Oi Móvel (ii)	(3.763.789)	
Amortização parcial de ações da TMAR (iii)	(1.210.302)	
Aumento de investimento	9.680	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	16.792	
Dividendos obrigatórios	(663.885)	
Juros sobre capital próprio	(201.000)	
Baixa de investimentos	(15.697)	
Outros	(8.560)	11.969
Saldo em 2012	24.464.188	179.594
Equivalência patrimonial (i)	1.063.185	(17.750)
Baixa de investimentos (iv)	(3.914.237)	
Aumento de capital	270.488	5.500
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	(19.181)	
Dividendos	(2.426.064)	
Outros	(762)	6.296
Saldo em 2013	19.437.617	173.640

- (i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções. Em 2012 corresponde, inclusive, ao ajuste do CPC 19.
- (ii) Em 1 de junho de 2012 na AGE da Oi Móvel foi aprovada a redução do seu capital social, no montante de R\$ 5.137.062. Do montante total da redução de capital: (a) o montante de R\$ 1.373.273 foi absorvido pelo prejuízo acumulado da Oi Móvel, sem impacto no valor do investimento da Companhia na Oi Móvel, e (b) o montante de R\$ 3.763.789 foi compensado com os valores devidos pela Companhia a controlada Oi Móvel, sendo o montante de R\$ 1.508.288 a título de mútuo e o montante de R\$ 2.255.501 a título de debêntures.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 27 de julho de 2012, a AGE da TMAR aprovou a amortização parcial das ações ordinárias e preferenciais classe A da TMAR, no valor total de R\$1.210.302.
- (iv) A redução dos investimentos detidos pela Companhia estão relacionados a: (i) transferência de investimentos e outros ativos para controlada TMAR no montante de R\$3.552.148 em contrapartida da liquidação de debêntures “*intercompany*” detidos pela Companhia (Nota 1), e (ii) redução de capital da controlada BrT Cabos, da GlobeNet, e baixa por venda dos investimentos detidos nas empresas do grupo GlobeNet, vide maiores detalhes na Nota 29, no montante total de R\$362.089.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			2013			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
BrT Venezuela	20.739	166	100		100	100
TMAR	18.999.604	736.710	154.032.213	189.400.783	100	100
Oi Serviços Financeiros	2.959	4.329	799		100	100
Oi Holanda	63.704	(9.006)	100		100	100
Rio Alto	478.231	47.156	215.538.129		50	100

		CONTROLADORA	
		2013	
		Equivalência patrimonial	Valor do investimento
Controladas			
BrT CS		223.284	
BrT Venezuela		166	20.739
TMAR		736.710	18.999.604
Oi Serviços Financeiros		4.329	2.959
Oi Holanda		(8.472)	63.704
Rio Alto		21.362	239.115
Resultado não realizado com investidas		85.806	85.806
Total		1.063.185	19.411.927

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			CONTROLADORA				
			2012				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
			Ações		Quotas		
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	2.491.541	307.205	4.473.443			100	100
BrTI	381.917	2.791	685.154			100	100
BrT CS	401.603	163.199			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	446.662	116.325			399.253	100	100
BrT Call Center	24.984	499	11.270	22.370		100	100
BrT Card	7.509	498			7.499.999	100	100
TMAR	20.611.572	1.564.658	154.032.213	189.400.783		100	100
Oi Serviços Financeiros	(384)	4.308	799			100	100
Oi Holanda	72.710	72.703	100			100	100

		CONTROLADORA		
		2012		
		Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
Controladas				
BrT Celular	307.205	2.491.541		
BrTI	2.791	381.917		
BrT CS	163.199	401.603		
BrT Multimídia	109.331	446.662		
VANT	4.304			
BrT Call Center	499	24.984		
BrT Card	498	7.509		
iG Brasil	17			
iG Participações	3			
NTPA	219			
TMAR	1.819.404	20.611.572		
TNL.NET	244			
TNL.TRADING	(472)			
Oi Serviços Financeiros	3.527		(384)	
Oi Holanda	72.703	72.710		
Sumbe	(1.757)			
Total	2.481.715	24.438.498	(384)	

Informações financeiras resumidas

Controladas	2013		
	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Venezuela	26.649	5.910	11.358
TMAR	36.968.904	17.969.300	12.686.440
Oi Serviços Financeiros	53.058	50.099	
Oi Holanda	3.653.460	3.589.756	
Rio Alto	530.882	52.651	

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	2012		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Móvel	4.987.427	2.495.886	2.332.887
BrTI	446.960	65.043	11.002
BrT CS	777.365	375.762	253.271
BrT Multimídia	690.837	244.175	236.208
BrT Call Center	130.047	105.063	380.106
BrT Card	9.189	1.680	
TMAR	39.163.757	18.552.185	11.954.371
Oi Serviços Financeiros	44.777	45.161	
Oi Holanda	3.193.905	3.121.195	

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2012	727.890	5.123.926	14.867.527	3.962.348	1.027.888	1.643.348	27.352.927
Aumento por Reorganização Societária				23.796	6.548	20.227	50.571
Adições	767.329		398.100	3.957	3.853	4.331	1.177.570
Baixas	(12.030)	(645)	(62.020)	(37.274)	(1.966)	(3.778)	(117.713)
Transferências	(855.755)	43.754	632.097	115.953	5.091	58.860	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				(9.133)	(91.210)		(100.343)
Saldo em 2012	627.434	5.167.035	15.835.704	4.059.647	950.204	1.722.988	28.363.012
Adições	914.575	279	224.735	29.019	770	250.733	1.420.111
Baixas	(14.135)	(1.732)	(47.908)	(38.126)		(3.906)	(105.807)
Transferências	(693.770)	29.654	480.043	122.972	8.355	52.746	
Saldo em 2013	834.104	5.195.236	16.492.574	4.173.512	959.329	2.022.561	29.677.316
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012		(4.966.980)	(12.875.245)	(3.167.404)	(650.740)	(1.489.240)	(23.149.609)
Aumento por Reorganização Societária				(17.714)	(5.988)	(19.618)	(43.320)
Despesas de depreciação		(25.067)	(421.581)	(94.058)	(12.273)	(33.625)	(586.604)
Baixas		351	44.233	30.824	2.239	3.127	80.774
Transferências		39	(66)	10		17	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				6.000	53.310		59.310
Saldo em 2012		(4.991.657)	(13.252.659)	(3.242.342)	(613.452)	(1.539.339)	(23.639.449)
Despesas de depreciação		(28.227)	(433.145)	(197.585)	(21.183)	(32.207)	(712.347)
Baixas		1.684	34.166	36.615		740	73.205
Transferências			(513)	463	(31)	81	
Saldo em 2013		(5.018.200)	(13.652.151)	(3.402.849)	(634.666)	(1.570.725)	(24.278.591)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2012	627.434	175.378	2.583.045	817.305	336.752	183.649	4.723.563
Saldo em 2013	834.104	177.036	2.840.423	770.663	324.663	451.836	5.398.725
Taxa anual de depreciação (média)		8%	10%	8%	7%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2012	1.004.602	5.508.571	16.908.013	4.348.329	1.078.964	2.069.631	30.918.110
Aumento por Reorganização Societária (2)	2.474.477	11.978.833	18.877.058	20.737.147	2.515.293	2.653.038	59.235.846
Adições (2)	2.720.784	263.806	1.518.738	415.410	165.585	124.799	5.209.122
Baixas (2)	(85.977)	(664)	(78.024)	(320.951)	(23.365)	(143.151)	(652.132)
Transferências	(1.986.763)	176.583	1.136.366	516.468	32.397	124.949	
Transferências para ativos mantidos para venda				(30.407)	(320.735)		(351.142)
Saldo em 2012	4.127.123	17.927.129	38.362.151	25.665.996	3.448.139	4.829.266	94.359.804
Adições	2.962.149	250.669	1.748.747	624.339	44.182	172.192	5.802.278
Baixas	(395.610)	(1.834)	(483.638)	(268.723)	(12.504)	(65.411)	(1.227.720)
Transferências	(2.123.980)	257.082	1.159.470	665.141	(129.241)	171.528	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				(125.920)	(448.815)		(574.735)
Saldo em 2013	4.569.682	18.433.046	40.786.730	26.560.833	2.901.761	5.107.575	98.359.627
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012		(5.175.009)	(14.152.556)	(3.371.040)	(682.896)	(1.742.898)	(25.124.399)
Aumento por Reorganização Societária (2)		(10.435.194)	(13.378.258)	(16.798.382)	(1.740.488)	(1.879.141)	(44.231.463)
Despesas de depreciação (2)		(258.577)	(1.417.832)	(555.160)	(64.206)	(199.857)	(2.495.632)
Baixas (2)		370	57.306	181.674	14.708	105.581	359.639
Transferências		1.306	2.591	(4.096)	115	84	
Transferências para ativos mantidos para venda				20.507	214.642		235.149
Saldo em 2012		(15.867.104)	(28.888.749)	(20.526.497)	(2.258.125)	(3.716.231)	(71.256.706)
Despesas de depreciação		(340.215)	(1.782.551)	(776.526)	(78.654)	(213.307)	(3.191.253)
Baixas		1.684	289.858	157.705	6.640	25.182	481.069
Transferências		(2)	(570)	(529)	1.542	(441)	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				39.090	354.459		393.549
Saldo em 2013		(16.205.637)	(30.382.012)	(21.106.757)	(1.974.138)	(3.904.797)	(73.573.341)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2012	4.127.123	2.060.025	9.473.402	5.139.499	1.190.014	1.113.035	23.103.098
Saldo em 2013	4.569.682	2.227.409	10.404.718	5.454.076	927.623	1.202.778	24.786.286
Taxa anual de depreciação (média)		11%	11%	8%	7%	11%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(2) Líquido dos efeitos da adoção do CPC 19.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.825.719 (2012 – R\$ 2.950.903), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.685.240 (2012 - R\$ 6.652.317).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

16. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 01/01/2012	27.954	2.115.766	59.229	2.202.949
Aumento por Reorganização Societária			7.568	7.568
Adições	87.055	45.102	1.019	133.176
Transferências	(108.295)	58.919	49.376	
Saldo em 2012	6.714	2.219.787	117.192	2.343.693
Adições	36.938	22.274	30.385	89.597
Baixas	(15.427)			(15.427)
Transferências	(22.404)	21.521	883	
Saldo em 2013	5.821	2.263.582	148.460	2.417.863
Amortização acumulada				
Saldo em 01/01/2012		(1.909.735)	(28.816)	(1.938.551)
Aumento por Reorganização Societária			(6.739)	(6.739)
Despesas de amortização		(102.095)	(11.338)	(113.433)
Saldo em 2012		(2.011.830)	(46.893)	(2.058.723)
Despesas de amortização		(98.584)	(10.682)	(109.266)
Saldo em 2013		(2.110.414)	(57.575)	(2.167.989)
Intangível líquido				
Saldo em 2012	6.714	207.957	70.299	284.970
Saldo em 2013	5.821	153.168	90.885	249.874
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2012	533.525	66.668	2.906.490	884.924	19.372	4.410.979
Aumento por Reorganização Societária (1)	81.948	279.182	2.718.049	2.709.050	249.090	6.037.319
Adições		242.450	348.048	368.848	307.872	1.267.218
Baixas		(53.419)	(32.499)		(4.552)	(90.470)
Transferências		(242.800)	193.746		49.054	
Saldo em 2012	615.473	292.081	6.133.834	3.962.822	620.836	11.625.046
Adições		177.302	292.658	78.189	263.945	812.094
Baixas			(4.163)		(2.217)	(6.380)
Transferências		(284.996)	235.596		49.400	
Saldo em 2013	615.473	184.387	6.657.925	4.041.011	931.964	12.430.760
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2012	(453.031)		(2.540.765)	(314.388)	(17.938)	(3.326.122)
Aumento por Reorganização Societária (1)	(8.047)		(1.923.651)	(1.318.029)	(142.766)	(3.392.493)
Despesas de amortização (1)			(407.158)	(196.066)	(121.731)	(724.955)
Baixas			13.995		81	14.076
Transferências			(136)		136	
Saldo em 2012	(461.078)		(4.857.715)	(1.828.483)	(282.218)	(7.429.494)
Despesas de amortização			(493.715)	(244.124)	(349.385)	(1.087.224)
Baixas			3.370		2.074	5.444
Transferências			3		2	5
Saldo em 2013	(461.078)		(5.348.057)	(2.072.607)	(629.527)	(8.511.269)
Intangível líquido						
Saldo em 2012	154.395	292.081	1.276.119	2.134.339	338.618	4.195.552
Saldo em 2013	154.395	184.387	1.309.868	1.968.404	302.437	3.919.491
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	20%	

(1) Líquido dos efeitos da adoção do CPC 19.

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	73.173	107.803	5.502.574
Multimídia RII	184.943	7.321	192.264	720.447
Total	331.456	154.395	485.851	7.603.659

Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz) Oi Móvel e TNL PCS	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Termo Outorga 2013 Oi Móvel Sobras 1.8MHz	30/06/2013	30/04/2023	78.189
Outras licenças			307.377
Total			4.041.011

17. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Materiais de infraestrutura e rede	244.678	212.088	1.329.136	1.027.030
Repases (interconexão e “cobilling”)	325.812	278.216	885.592	783.292
Serviços	419.693	194.321	870.659	573.443
Aluguel de postes e direito de passagem	419.850	576.673	608.006	900.077
Manutenção de planta	73.336	164.951	335.763	455.363
Tecnologia da informação	55.425	33.914	233.934	242.170
Aparelhos e “simcards”			141.654	295.362
“Call Center”	54.881	27.296	66.932	132.991
Aluguel de espaço físico e equipamentos	5.639	2.773	43.629	25.609
Comissões de vendas			4.212	86.456
Outros	60.480	77.478	212.657	136.142
Total	1.659.794	1.567.710	4.732.174	4.657.935

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos	9.213.758	9.622.984	26.179.605	25.155.935
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	272.937	211.685	789.383	575.529
Debêntures	9.854.649	12.231.051	8.880.740	7.920.740
Juros provisionados sobre debêntures	578.075	1.416.605	533.500	300.566
Empréstimos (mútuo com controladas)	4.155.757	3.264.052		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuo com controladas)	48.077	45.750		
Custo de transação incorrido	(311.827)	(360.652)	(529.602)	(606.681)
Total	23.811.426	26.431.475	35.853.626	33.346.089
Circulante	2.288.654	1.877.195	4.158.708	3.113.621
Não circulante	21.522.772	24.554.280	31.694.918	30.232.468

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2013	2012	2013	2012	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
BNDDES	859.803	2.202.482	5.915.781	6.366.740		
Moeda nacional	859.803	2.202.482	5.915.781	6.366.740	dez/2013 à jul/2021	10,93
Debêntures públicas	9.370.060	8.179.789	9.414.240	8.221.306	dez/2013 à jul/2021	11,26
Debêntures privadas	1.062.664	5.467.867			dez/2013 à mai/2022	11,31
Instituições financeiras	8.626.892	7.632.187	21.053.207	19.364.724		
Moeda nacional	1.626.257	1.613.581	6.104.897	6.087.859		
CCB			3.192.051	3.185.647	dez/2013 à jan/2028	11,50
“Senior Notes”	1.136.599	1.136.948	1.136.599	1.136.948	dez/2013 à set/2016	11,89
CRI	460.732	439.232	1.428.511	1.360.766	dez/2013 à ago/2022	6,85
Outros	28.926	37.401	347.736	404.498	dez/2013 à dez/2033	10,81
Moeda estrangeira	7.000.635	6.018.606	14.948.310	13.276.865		
Linhas de crédito de ECA			4.354.639	4.123.977	dez/2013 à mai/2022	8,36
“Senior Notes”	7.000.548	6.018.258	10.593.584	9.152.540	dez/2013 à fev/2022	11,40
Outros	87	348	87	348	dez/2013 à fev/2014	7,88
Mútuo com controladas	4.203.834	3.309.802			dez/2013 à fev/2022	11,31
Subtotal	24.123.253	26.792.127	36.383.228	33.952.770		
Custo de transação incorrido	(311.827)	(360.652)	(529.602)	(606.681)		
Total	23.811.426	26.431.475	35.853.626	33.346.089		

Sigla:

ECA - “Export Credit Agency” (Agência de crédito à exportação)

CCB - Cédula de Crédito Bancário

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Instituições financeiras	271.535	314.386	484.494	555.199
Moeda nacional	23.989	28.170	102.621	127.099
Moeda estrangeira	247.546	286.216	381.873	428.100
BNDES	736	1.448	5.552	6.564
Moeda nacional	736	1.448	5.552	6.564
Debêntures públicas	39.556	44.818	39.556	44.918
Total	311.827	360.652	529.602	606.681
Circulante	52.583	53.994	97.055	96.974
Não circulante	259.244	306.658	432.547	509.707

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Reais	17.058.338	20.699.085	21.287.189	20.497.326
Dólar Norte-Americano	4.345.261	3.727.327	12.158.610	10.843.700
Euro	2.407.827	2.005.063	2.407.827	2.005.063
Total	23.811.426	26.431.475	35.853.626	33.346.089

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Taxa pré-fixada	8.117.419	7.182.086	13.078.474	11.431.248
CDI	12.440.372	14.879.079	10.233.218	9.139.158
TJLP	630.229	1.893.080	5.138.940	5.537.503
Libor		121	3.743.010	3.794.036
IPCA	2.600.117	2.453.818	3.576.429	3.376.952
INPC	23.289	23.291	83.555	67.192
Total	23.811.426	26.431.475	35.853.626	33.346.089

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2013	
2015	1.124.620	3.424.149
2016	2.049.882	4.882.569
2017	4.966.323	6.991.368
2018	953.543	3.161.128
2019 e exercícios seguintes	12.687.648	13.668.251
Total	21.782.016	32.127.465

Oi S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2013	
2015	51.491	96.120
2016	50.914	84.414
2017	47.361	72.809
2018	40.915	65.927
2019 e exercícios seguintes	68.563	113.277
Total	259.244	432.547

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais juros atualizados, no montante total de R\$ 3.904 milhões na controladora e R\$ 5.715 milhões no consolidado.

Abaixo seguem as principais captações e pagamentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em 30 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência de dívidas com o BNDES, firmadas nos anos de 2005, 2006 e 2009, no montante total de R\$ 845 milhões, para sua controlada indireta TNL PCS. A transferência de dívidas visa obter maior eficiência na gestão da estrutura de capital do Grupo. Em 30 de setembro de 2013, foram assinados os aditivos aos contratos com a anuência do BNDES para a referida transferência.

Em dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final de dezembro de 2012 foram desembolsados R\$ 2.000 milhões (sendo R\$ 566 milhões para a Oi, R\$ 888 milhões para a TMAR, R\$ 412 milhões para a TNL PCS e R\$ 133 milhões para a Oi Móvel). Em outubro de 2013, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 613,50 milhões (sendo R\$ 150,49 milhões para a Oi, R\$ 306,62 milhões para a TMAR, R\$ 138,74 milhões para a TNL PCS e R\$ 17,65 milhões para a Oi Móvel).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 260 milhões (sendo R\$ 65,21 milhões para a Oi, R\$ 127,01 milhões para a TMAR, R\$ 60,13 milhões para a TNL PCS e R\$ 7,65 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 838 milhões na controladora e R\$ 1.789 milhões no consolidado.

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a Companhia e sua controlada TMAR transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para a Copart 5 e de 162 bens reversíveis para sua subsidiária Copart 4, respectivamente.

A Copart 5 e a Copart 4 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Em junho de 2012, a Copart 5 e a Copart 4 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$ 392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Financiamentos em moeda estrangeira

“Senior Notes”

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu *“Senior Notes”* no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma *“indenture”* suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui outras emissões de “*Senior Notes*” em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora.

O objetivo dessas captações, que totalizam R\$ 9.152 milhões no consolidado, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$ 9,8 milhões (R\$ 21,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em junho de 2013, foram desembolsados US\$ 5,6 milhões (R\$ 12,5 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$ 95,7 milhões (R\$ 190,3 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012, e US\$ 21 milhões (R\$ 41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011 e de R\$ 93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Nordic Investment Bank*” em julho de 2008.

Em 2012, a TMAR desembolsou US\$ 394,8 milhões (R\$ 784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$ 291,9 milhões junto ao “*Finnish Export Credit*”, em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$ 14,1 milhões junto a SEK – “*Swedish Export Corporation*”, em um contrato celebrado em 2011; e US\$ 88,8 milhões junto a ONDD – “*Office National Du Ducroire*”, em um contrato celebrado em 2010.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; ONDD – “*Office National Du Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures públicas e privadas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	2013	2012	2013	2012
Oi	10ª (i)	R\$ 1.500 milhões	2019	1.604.207		1.604.207	
Oi	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.262.961	2.158.069	2.262.961	2.158.069
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.350.976	2.351.458	2.350.976	2.351.458
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.039.569	1.031.926	1.039.569	1.031.926
Oi	5ª (1ª série)	R\$ 1.754 milhões	2014	1.792.259	1.783.127	1.792.259	1.783.127
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2020	320.088	302.288	320.088	302.288
Oi	1ª (2ª série) (ii)	R\$ 540 milhões	2013		552.921		552.921
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			44.180	41.517
Debêntures públicas				9.370.060	8.179.789	9.414.240	8.221.306
Oi	3ª (iii)	R\$ 3.500 milhões	2013		1.708.224		
Oi	8ª (iii)	R\$ 2.500 milhões	2016	189.966	2.880.010		
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	872.698	879.633		
Debêntures privadas				1.062.664	5.467.867		

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

- (i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2013, foi aprovada a 10ª. emissão, sendo a 8ª. pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009), no valor de até R\$ 1.500 milhões. Em 27 de março de 2013 a CVM (Cetip) concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em série única. A subscrição e a integralização ocorreram em 28 de março de 2013. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 6 milhões, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.
- (ii) Em março de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 559 milhões da 1ª emissão (2ª série) da debênture pública.
- (iii) Em 31 de janeiro de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.723 milhões da debênture privada da 3ª emissão e R\$ 2.495 milhões da debênture privada da 8ª emissão, em função da Reorganização Societária descrita na Nota 1.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 5.056 milhões.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (*“covenants”*) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto à ONDD (*“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst”*) no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em dezembro de 2012 a Companhia, contratou uma linha de crédito rotativo (*“Revolver Credit Facility”*), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	1.073.000	451.371	1.631.015	702.986
Contratos de "swap" - taxa de juros	6.080	99.023	118.264	208.477
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	276.991	77.636	323.900	77.636
Total	1.356.071	628.030	2.073.179	989.099
Circulante	283.071	381.866	452.234	640.229
Não circulante	1.073.000	246.164	1.620.945	348.870
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	217.601	29.605	355.456	181.392
Contratos de "swap" - taxa de juros	171.890	109.453	197.187	145.132
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	13.565	180.668	14.008	187.773
Total	403.056	319.726	566.651	514.297
Circulante	309.532	194.405	409.851	309.555
Não circulante	93.524	125.321	156.800	204.742

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
SMP			1.484.407	2.020.929
Concessões do STFC		49.426		137.068
Total		49.426	1.484.407	2.157.997
Circulante		49.426	457.173	1.058.881
Não circulante			1.027.234	1.099.116

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2014	457.173
2015	511.169
2016	511.169
2017	2.331
2018 a 2019	2.565
Total	1.484.407

21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	565.565	538.322	1.108.435	1.072.947
REFIS II - PAES	4.336	4.336	11.869	12.152
Total	569.901	542.658	1.120.304	1.085.099
Circulante	52.838	49.828	100.302	99.732
Não circulante	517.063	492.830	1.020.002	985.367

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros – incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013 –, são compostos como segue:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO				
	2013				2012
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	272.935	35.199	302.179	610.313	615.841
Imposto de renda	87.518	7.629	91.735	186.882	164.437
PIS	43.286	2.692	34.597	80.575	72.088
INSS – SAT	4.742	3.649	34.813	43.204	46.276
Contribuição social	26.604	2.576	21.499	50.679	41.794
CPMF	17.222	1.711	16.538	35.471	33.225
Outros	48.137	6.460	58.583	113.180	111.438
Total	500.444	59.916	559.944	1.120.304	1.085.099

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	52.838	100.302
2015	52.606	103.419
2016	52.606	103.419
2017	52.606	103.419
2018	52.606	103.419
2019 a 2021	157.819	310.257
2022 a 2025	148.820	296.069
Total	569.901	1.120.304

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e inclusão de dívidas levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos tributários federais disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Recentemente, com a reabertura do prazo para a inclusão de débitos no aludido programa de parcelamento federal levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, a Companhia e algumas de suas controladas optaram por indicar, para parcelamento, outros débitos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

22. PROVISÕES

Composição do saldo

	Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
	Trabalhista				
(i)	Horas extras	246.841	342.764	474.910	635.002
(ii)	Indenizações	73.511	114.937	150.612	214.671
(iii)	Adicionais diversos	57.145	95.150	128.765	172.869
(iv)	Estabilidade / Reintegração	74.632	105.253	120.863	180.705
(v)	Complemento de aposentadoria	43.363	49.129	75.048	98.131
(vi)	Diferenças salariais	33.668	47.136	56.997	83.478
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	20.439	29.702	30.969	42.084
(viii)	Verbas rescisórias	8.428	18.768	24.945	39.605
(ix)	FGTS	6.345	12.509	10.723	18.420
(x)	Multas trabalhistas	4.201	6.678	16.758	22.499
(xi)	Vínculo empregatício	380	711	5.467	5.161
(xii)	Subsidiariedade	1.262	2.630	2.292	4.352
(xiii)	Demais ações	26.233	41.634	43.925	62.161
	Total	596.448	867.001	1.142.274	1.579.138
	Tributária				
(i)	ICMS	124.594	209.679	361.540	448.120
(ii)	FUST / FUNTTEL			147.350	142.632
(iii)	ISS	1.629	4.046	67.350	65.711
(iv)	ILL			19.998	19.478
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	3.024	2.566	12.462	11.726
(vi)	Demais ações	1.584	45.270	31.672	77.627
	Total	130.831	261.561	640.372	765.294
	Cível				
(i)	Societário	2.062.709	2.333.980	2.062.709	2.333.980
(ii)	Estimativas ANATEL	210.118	197.507	557.960	551.143
(iii)	Multas ANATEL	96.572	89.008	487.548	436.195
(iv)	Juizado Especial	48.720	48.376	137.859	108.479
(v)	Demais ações	286.354	264.640	587.595	645.408
	Total	2.704.473	2.933.511	3.833.671	4.075.205
	Total das provisões	3.431.752	4.062.073	5.616.317	6.419.637
	Circulante	770.294	1.080.455	1.223.526	1.569.356
	Não circulante	2.661.458	2.981.618	4.392.791	4.850.281

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista	467.388	659.260	877.287	1.051.868
Tributária	5.097.600	4.605.569	17.995.906	17.260.147
Cível	343.943	347.718	1.037.903	991.269
Total	5.908.931	5.612.547	19.911.096	19.303.284

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2012	1.013.799	253.619	3.026.621	4.294.039
Aumento por Reorganização Societária	944	428	37	1.409
Atualização monetária	40.288	17.571	34.326	92.185
Adições / (Reversões)	(22.845)	2.111	252.226	231.492
Baixas por pagamentos / encerramentos	(165.185)	(12.168)	(379.699)	(557.052)
Saldo em 2012	867.001	261.561	2.933.511	4.062.073
Atualização monetária	10.799	(16.138)	73.944	68.605
Adições / (Reversões)	(114.977)	(53.792)	272.100	103.331
Baixas por pagamentos / encerramentos	(166.375)	(60.800)	(575.082)	(802.257)
Saldo em 2013	596.448	130.831	2.704.473	3.431.752

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2012	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891
Aumento por Reorganização Societária	851.828	559.745	1.110.406	2.521.979
Atualização monetária	144.272	41.369	47.376	233.017
Adições / (Reversões)	(11.545)	19.258	391.919	399.632
Baixas por pagamentos / encerramentos	(443.137)	(155.227)	(551.518)	(1.149.882)
Saldo em 2012	1.579.138	765.294	4.075.205	6.419.637
Atualização monetária	139.698	63.633	42.874	246.205
Adições / (Reversões)	(154.616)	8.223	528.342	381.949
Baixas por pagamentos / encerramentos	(421.946)	(196.778)	(812.750)	(1.431.474)
Saldo em 2013	1.142.274	640.372	3.833.671	5.616.317

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.
- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 163.474 na controladora e R\$ 315.648 no consolidado (líquido de impostos, no montante de R\$ 107.893 na controladora e R\$ 208.328 no consolidado).

Tributária

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL.
- (iii) ISS - A Companhia e a TMAR mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais n^{os} 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintenária e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2013, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 877.287 (2012 - R\$ 1.051.868).

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 5.865.591 (2012 - R\$ 5.755.124);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.078.234 (2012 - R\$ 1.787.183);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 1.002.090 (2012 - R\$ 956.585); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.049.991 (2012 - R\$ 8.761.255).

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.037.903 (2012 - R\$ 991.269).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 5.370.896 (2012 - R\$ 4.726.793) na controladora e R\$ 15.498.243 (2012 - R\$ 14.766.928) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PIS/COFINS: questionamento judicial com o objetivo de autorizar a compensação, nos termos da Lei n.º 9.430/96, dos valores recolhidos a título de PIS/COFINS com base nos artigos 2º e 3º da Lei n.º 9.718/98 em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, atualizados pela taxa SELIC. Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou a majoração da base de cálculo. A Companhia aguarda o julgamento dos processos, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 21.507 (2012 - R\$ 21.504) e de R\$ 22.007 (2012 - R\$ 22.000) para o consolidado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receitas a apropriar (Nota 29)	625.689	86.408	2.387.336	691.789
Adiantamento de clientes	75.076	177.475	485.619	780.264
Compra de participação acionária	418.069		418.069	
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	157.482	880		
Consignação a favor de terceiros	15.467	8.931	59.291	41.415
Provisão para desmobilização de ativos	5.611	23.775	14.256	218.516
Ações bonificadas a resgatar		99.967		99.967
Valores a pagar - grupamento de ações	10.064	21.845	8.881	21.845
Outros	7.812	10.327	7.810	154.532
Total	1.315.270	429.608	3.381.262	2.008.328
Circulante	325.365	334.831	847.810	1.438.323
Não circulante	989.905	94.777	2.533.452	570.005

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em AGE realizada em 21 de março de 2013, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 162.456 em decorrência de bonificação de ações.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.471.209 (2012 - R\$ 7.308.753), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2013	2012
Capital total em ações		
Ações ordinárias	599.009	599.009
Ações preferenciais	1.198.078	1.198.078
Total	1.797.087	1.797.087
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	84.251	84.251
Ações preferenciais	72.808	72.808
Total	157.059	157.059
Ações em circulação		
Ações ordinárias	514.758	514.758
Ações preferenciais	1.125.270	1.125.270
Total em circulação	1.640.028	1.640.028

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 2,5 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme descrito na Nota 1, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 3.085.409 devido à Reorganização Societária ocorrida em fevereiro de 2012.

Em decorrência da bonificação de ações aprovada na AGE de 10 de agosto de 2012, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 492.285, passando a ser de R\$ 7.308.753.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência da bonificação de ações aprovada na AGO de 23 de março de 2013, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 162.456, passando a ser de R\$ 7.471.209.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2013 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações Ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2012			13.231	149.642
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima			(13.231)	(149.642)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	240	650	2.468
Saldo em 2012	84.251	880.378	72.808	1.224.146
Saldo em 2013	84.251	880.378	72.808	1.224.146

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2013	2012
Médio ponderado	13,40	13,40
Mínimo	3,79	3,79
Máximo	15,25	15,25

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2013		2012	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	72.808	84.251	72.808	84.251
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	3,59	3,61	8,32	9,16
Valor de mercado	261.381	304.146	605.763	771.739

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2013	2012
Saldo contábil das reservas de capital	3.977.623	4.302.535
Ações em tesouraria	(2.104.524)	(2.104.524)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	1.873.099	2.198.011

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na emissão de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição de ações e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido. No primeiro trimestre de 2012 o plano de opções foi extinto e a reserva foi realizada.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012 no montante de R\$ 837.440 acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 416.686 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 420.858.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data da AGO, foi aprovada a bonificação de ações preferenciais resgatáveis classes B e C de emissão da Companhia e o imediato resgate das mesmas, totalizando o montante de R\$ 162.456. A bonificação estava inserida no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia então vigente para o período de 2012 a 2015, conforme anunciada por meio do Fato Relevante de 17 de abril de 2012, a qual previa o pagamento

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 1 bilhão por ocasião da realização da AGO que deliberasse sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012. Referida Política de Remuneração aos Acionistas foi modificada, conforme Fato Relevante de 13 de agosto de 2013.

Após uma consulta formulada pela Companhia à Comissão de Valores Mobiliários a respeito do tratamento contábil da mais valia decorrente da aquisição da Companhia pela TMAR em virtude da operação de Reorganização Societária ocorrida no exercício de 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras de tal exercício foram reapresentadas em 30 de abril de 2013, após apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, refletindo a apuração de um lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.890. Em decorrência dos lançamentos contábeis realizados em função do estorno da mais valia, o saldo do lucro do exercício, acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, foi destinado da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 446.222; (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 391.322; e (iii) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 947.450.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 1.493.015 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício será destinado à constituição de reserva de investimentos.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.493.015	1.784.890
% de dividendos obrigatórios	x 25%	x 25%
Dividendos mínimos obrigatórios	373.254	446.222
Dividendos adicionais propostos		391.322
Complemento relativo a distribuição de dividendos intermediários	126.746	
Total da remuneração dos acionistas	500.000	837.544

A Companhia não constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício de 2013 dado que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital excedeu 30% do capital social.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2013 foram calculados como segue:

	2013
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social	
Capital social subscrito	7.471.209
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	5.126.210
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	307.573
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	11.524.138
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	7.907.040
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	237.211

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2013:

	2013		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos			
Dividendos intermediários (em 18 de setembro de 2013) (*)	156.936	343.064	500.000
Total	156.936	343.064	500.000

(*) Imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013, à conta de reserva de lucro.

	2013	
	Valor por ação/em Reais	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Dividendos		
Dividendos intermediários (em 18 de setembro de 2013)	0,304873	0,304873
Total	0,304873	0,304873

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou perdas de R\$ 139.334 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), líquidos de imposto de renda, sendo R\$ 20.105 referente a perda de contabilidade de “*hedge*” registrada na Companhia de forma reflexa de sua controlada TMAR.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldos em 01/01/2012	(38.984)			(38.984)
Custo de emissão de ações		(56.609)		(56.609)
Aumento por Reorganização Societária (*)	87.550			87.550
Ganhos (Perdas) atuariais	(168.989)			(168.989)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	696			696
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	35.842			35.842
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	16.792			16.792
Variação de porcentagem de participação			3.916	3.916
Saldos em 2012	(67.093)	(56.609)	3.916	(119.786)
Custo de emissão de ações		62		62
Ganhos (Perdas) atuariais	113.972			113.972
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	924			924
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(119.229)			(119.229)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(20.105)			(20.105)
Saldos em 2013	(91.531)	(56.547)	3.916	(144.162)

(*) Refere-se ao saldo de contabilidade de “*hedge*” transferido para a Companhia através da incorporação da Coari, em 27 de fevereiro de 2012 data da aprovação da Reorganização Societária.

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	1.493.015	1.784.890
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	468.615	560.225
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.024.400	1.224.665
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	514.758	514.758
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1.125.270	1.125.273
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,91	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,91	1,09

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2013.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Planos BrTPREV	639.646	864.940	640.145	865.910
Plano PAMEC	3.417	4.877	3.417	4.877
Total	643.063	869.817	643.562	870.787
Circulante	184.075	103.666	184.295	103.666
Não circulante	458.988	766.151	459.267	767.121

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Plano TCSPREV	67.086	80.291	69.793	83.019
Total	67.086	80.291	69.793	83.019
Circulante	8.757	8.653	9.596	9.311
Não circulante	58.329	71.638	60.197	73.708

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii)PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Companhia

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.915.540	415.144	5.489	77.506
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	24.647	64.557		27.013
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.940.187	479.701	5.489	104.519
Valor justo dos ativos do plano	(1.300.541)	(1.438.595)	(6.148)	(127.522)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	639.646	(958.894)	(659)	(23.003)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	659	23.003
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	639.646	(67.086)		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.916.503	415.262	227.664	2.318.635
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	25.198	65.793	8.220	404.307
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942
Valor justo dos ativos do plano	(1.301.556)	(1.442.656)	(264.224)	(3.203.900)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	640.145	(961.601)	(28.340)	(480.958)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	640.145	(69.793)		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.221.741	476.121	6.179	83.171
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	38.251	94.058		37.132
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano	(1.395.052)	(1.538.770)	(7.206)	(131.445)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	1.027	11.142
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	864.940	(80.291)		

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.222.876	476.262	265.881	2.641.209
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	39.648	95.523	11.516	625.647
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano	(1.396.614)	(1.543.104)	(323.480)	(3.526.899)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	865.910	(83.019)		

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 69.793 (2012 - R\$ 83.019), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Juros sobre obrigações atuariais	193.877	49.168	527	10.427
Custo do serviço corrente	649	1.713		502
Benefícios pagos líquidos	(160.566)	(35.494)	(532)	(6.976)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(353.765)	(105.865)	(685)	(19.737)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.940.187	479.701	5.489	104.519
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.395.052	1.538.770	7.206	131.445
Rendimentos dos ativos do plano	121.585	135.267	618	11.418
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	116.803			
Pagamento de benefícios	(160.566)	(35.494)	(532)	(6.976)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(172.333)	(199.948)	(1.144)	(8.365)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.300.541	1.438.595	6.148	127.522
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	639.646	(958.894)	(659)	(23.003)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	659	23.003
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	639.646	(67.086)		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Juros sobre obrigações atuariais	194.093	49.310	23.839	282.499
Custo do serviço corrente	782	1.836	235	12.197
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(355.065)	(106.372)	(47.330)	(635.003)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
Rendimentos dos ativos do plano	121.714	135.651	27.942	305.614
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	116.803			
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(172.942)	(200.595)	(69.026)	(425.006)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.301.556	1.442.656	264.224	3.203.900
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	640.145	(961.601)	(28.340)	(480.958)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	640.145	(69.793)		

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.900.258	470.370	5.263	92.165
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		408
Benefícios pagos líquidos	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	322.230	82.717	863	26.024
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.210.853	1.372.134	6.743	113.735
Rendimentos dos ativos do plano	119.847	140.393	673	11.502
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Pagamento de benefícios	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	122.838	58.001	257	13.771
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.395.052	1.538.770	7.206	131.445
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	1.027	11.142
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	864.940	(80.291)		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.905.007	471.813	230.190	2.621.700
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Contribuições de participantes vertidas no ano			50	
Benefícios pagos líquidos	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	319.212	82.598	40.249	605.658
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.213.900	1.376.344	296.076	3.205.748
Rendimentos dos ativos do plano	120.129	140.828	29.782	323.401
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Contribuições normais recebidas pelo plano			143	
Patrocinadora			93	
Participantes			50	
Pagamento de benefícios	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	121.139	57.699	13.704	232.253
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	865.910	(83.019)		

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	649	1.713		502
Juros sobre obrigações atuariais	193.877	49.168	527	10.427
Rendimento dos ativos do plano	(121.585)	(135.266)	(618)	(11.417)
Juros sobre o passivo oneroso		76.507	91	990
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(502)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	72.941	(7.878)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(181.432)	48.687		
Total da despesa (receita) reconhecida	(108.491)	40.809		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	782	1.837	235	12.197
Juros sobre obrigações atuariais	194.092	49.310	23.839	282.499
Rendimento dos ativos do plano	(121.714)	(135.651)	(27.942)	(305.614)
Juros sobre o passivo oneroso		76.507	4.096	23.115
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(12.197)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	73.160	(7.997)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(182.121)	48.826		
Total da despesa (receita) reconhecida	(108.961)	40.829		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		408
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Rendimento dos ativos do plano	(119.847)	(140.394)	(673)	(11.502)
Juros sobre o passivo oneroso		80.962	153	2.124
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(299)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	70.978	(10.582)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	199.392	12.874		
Total da despesa (receita) reconhecida	270.370	2.292		

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(120.128)	(140.828)	(29.782)	(323.401)
Juros sobre o passivo oneroso		80.962	6.820	60.460
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(171)	(11.060)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	71.566	(10.725)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	198.072	13.056		
Total da despesa (receita) reconhecida	269.638	2.331		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 122.534.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	4,5% a 14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	1,21% a 11,69%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2013	2012	2013	2012
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	789.342	906.853	3.417	4.877
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	789.342	906.853	3.417	4.877
Valor justo dos ativos do plano	(1.481.593)	(1.428.362)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(692.251)	(521.509)	3.417	4.877
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	613.696	440.818		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(78.555)	(80.691)	3.417	4.877
Provisão para ativo de realização duvidosa	78.555	80.691		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			3.417	4.877

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(6.968.153)		(45.312)	(1.668)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(371.771)	3.417		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.417		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)		(53.299)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
(=) Passivo/ (Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2013	2012	2013	2012
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	906.853	767.124	4.877	3.720
Juros sobre obrigações atuariais	77.658	77.117	426	378
Benefícios pagos líquidos	(80.980)	(68.306)	(253)	(135)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(114.189)	121.183	(1.633)	914
Entrada/(Saída) de transferências líquidas		9.735		
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	789.342	906.853	3.417	4.877
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.428.362	1.198.834		
Rendimento esperado no ano	124.021	120.800		
Contribuições normais recebidas pelo plano - patrocinadora			253	135
Pagamento de benefícios	(80.980)	(68.306)	(253)	(135)
Impacto decorrente de aquisições / alienações		15.091		
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	10.190	161.943		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.481.593	1.428.362		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(692.251)	(521.509)	3.417	4.877
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	613.696	440.818		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(78.555)	(80.691)	3.417	4.877
Ativo atuarial líquido não reconhecido	78.555	80.691		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			3.417	4.877

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Juros sobre obrigações atuariais	365.303	426	2.464	11
Custo do serviço corrente			82	5
Benefícios pagos líquidos	(380.863)	(253)	(1.929)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			23	5
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(526.398)	(1.633)	(5.013)	(32)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	6.717.801		53.299	1.933
Rendimento esperado no ano	582.933		4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		253	62	9
Patrocinadora		253	39	4
Participantes			23	5
Pagamento de benefícios	(380.863)	(253)	(1.929)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	48.282		(10.784)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.968.153		45.312	1.668
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(371.771)	3.417		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.417		

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.650.439	3.720	23.020	157
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente			44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			37	4
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.694.180		40.069	1.657
Rendimento esperado no ano	573.574		4.068	171
Contribuições normais recebidas pelo plano		135	59	9
Patrocinadora		135	22	5
Participantes			37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	756.210		10.713	96
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.717.801		53.299	1.933
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2013	2012	2013	2012
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Juros sobre obrigações atuariais	77.658	77.118	426	378
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(124.021)	(120.800)		
Juros sobre o passivo oneroso	39.189	36.384		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	7.174	7.298		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados			426	378
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	9.310	12.201	(1.632)	914
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(9.310)	(12.201)		
Total da despesa (receita) reconhecida			(1.206)	1.292

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente		426	82	5
Juros sobre obrigações atuariais	365.304		2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(582.934)		(4.664)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	183.681		2.199	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	33.949		(81)	(5)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados		426		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	44.059	(1.632)	(42)	(1)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(44.059)		42	1
Total da despesa (receita) reconhecida		(1.206)		

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(573.573)		(4.069)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	36.384		1.765	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	174.176		(41)	(7)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados		378		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	177.409	914	(19)	(2)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(177.409)		19	2
Total da despesa (receita) reconhecida		1.292		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 25.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,5%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.
- b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2013 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2013, ambos projetados para 31 de dezembro de 2013.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	80,00%	80,00%	78,90%	85,27%	80,00%	80,00%	71,54%
Renda variável	8,00%	8,00%	17,24%	13,41%	8,00%	8,00%	19,35%
Investimentos estruturados	10,00%	10,00%	-	0,02%	10,00%	10,00%	0,08%
Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	1,00%	1,00%	-	-	1,00%	1,00%	7,88%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,86%	1,30%	1,00%	1,00%	1,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas registraram reversões das provisões para participações dos empregados nos lucros, líquida das constituições relativas ao exercício em curso, no montante total de R\$ 50.550 na controladora e R\$ 112.448 no consolidado (vide Nota 6).

A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação do Conselho de Administração e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

(c) Remuneração baseada em ações

A Companhia requereu a aprovação da CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/1980. Em 3 de dezembro de 2013, o Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP – Incentivo de Longo Prazo, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, tendo em vista a nova configuração societária que poderá resultar da implementação da operação de união de atividades da Companhia e da Portugal Telecom, a Companhia está avaliando reformular seu plano de Remuneração Baseada em Ações.

Oi S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

- Telefonia fixa/dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G/4G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) “*Call Center*”, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de “*telemarketing*” e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (“*Direct to home*”), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas estão segregados conforme abaixo:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas	20.400.876	18.097.893	12.186.970	10.983.334	1.702.143	1.066.276	(5.867.842)	(4.986.472)	28.422.147	25.161.031
Custos dos serviços prestados	(12.370.962)	(11.281.581)	(7.252.507)	(5.628.479)	(923.011)	(467.410)	5.287.265	4.707.057	(15.259.215)	(12.670.413)
Interconexão	(5.395.396)	(5.574.892)	(2.515.456)	(2.243.941)	(4.061)	(7.133)	3.949.290	3.911.423	(3.965.623)	(3.914.543)
Depreciação e amortização	(1.827.546)	(1.446.548)	(1.815.979)	(1.178.788)	(15.732)	(13.582)			(3.659.257)	(2.638.918)
Serviço de manutenção de rede	(2.146.925)	(1.827.328)	(389.967)	(325.580)	(4.022)	(3.321)	168.774	126.984	(2.372.140)	(2.029.245)
Aluguéis e seguros	(1.569.168)	(1.303.219)	(1.142.147)	(617.804)	(88.642)	(38.955)	1.167.748	666.077	(1.632.209)	(1.293.901)
Custos de aparelhos e acessórios			(515.377)	(507.465)					(515.377)	(507.465)
Outros custos e despesas	(1.431.927)	(1.129.594)	(873.581)	(754.901)	(810.554)	(404.419)	1.453	2.573	(3.114.609)	(2.286.341)
Lucro bruto	8.029.914	6.816.312	4.934.463	5.354.855	779.132	598.866	(580.577)	(279.415)	13.162.932	12.490.618
Receitas (Despesas) operacionais	(4.255.418)	(4.946.574)	(3.558.909)	(2.851.826)	(667.827)	(482.381)	605.839	549.812	(7.876.315)	(7.730.969)
Comercialização de serviços	(3.511.430)	(2.948.140)	(2.411.162)	(2.077.912)	(373.836)	(443.164)	742.537	628.509	(5.553.891)	(4.840.707)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(412.200)	(221.538)	(425.288)	(265.562)	(90.724)	(15.520)	78.433	111	(849.779)	(502.509)
Comissão de vendas	(648.710)	(643.913)	(807.543)	(918.165)	(83.381)	(83.741)	80.956	122.041	(1.458.678)	(1.523.778)
Central de atendimento	(1.078.110)	(819.869)	(283.264)	(259.864)	(37.399)	(58.458)	511.140	401.435	(887.633)	(736.756)
Postagem e cobrança	(430.134)	(416.927)	(115.109)	(97.473)	(15.997)	(14.203)		294	(561.240)	(528.309)
Publicidade e propaganda	(138.562)	(149.689)	(460.782)	(328.271)	(26.012)	(24.343)	68.820	59.371	(556.536)	(442.932)
Outros serviços de terceiros	(215.259)	(192.026)	(53.361)	(57.917)	(5.670)	(7.923)	14.671	19.186	(259.619)	(238.680)
Outros custos e despesas	(588.455)	(504.178)	(265.815)	(150.660)	(114.653)	(238.976)	(11.483)	26.071	(980.406)	(867.743)
Gerais e administrativas	(2.386.875)	(2.174.001)	(899.338)	(665.760)	(243.450)	(162.184)	10.244	8.814	(3.519.419)	(2.993.131)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	1.660.637	188.447	(248.409)	(108.154)	(50.541)	122.967	(146.942)	(87.511)	1.214.745	115.749
Outras receitas operacionais	3.149.056	1.604.383	353.950	316.848	11.103	215.401	(386.433)	(140.531)	3.127.676	1.996.101
Outras despesas operacionais	(1.488.419)	(1.415.936)	(602.359)	(425.002)	(61.644)	(92.434)	239.491	53.020	(1.912.931)	(1.880.352)
Equivalência patrimonial	(17.750)	(12.880)							(17.750)	(12.880)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	3.774.496	1.869.738	1.375.554	2.503.029	111.305	116.485	25.262	270.397	5.286.617	4.759.649
Resultado financeiro	(2.956.688)	(2.631.610)	(316.437)	686.718	23.939	(494)	(25.262)	(270.397)	(3.274.448)	(2.215.783)
Receitas financeiras	1.506.410	2.128.096	333.530	841.838	46.090	55.534	(510.813)	(750.362)	1.375.217	2.275.106
Despesas financeiras	(4.463.098)	(4.759.706)	(649.967)	(155.120)	(22.151)	(56.028)	485.551	479.965	(4.649.665)	(4.490.889)
Resultado antes dos tributos	817.808	(761.872)	1.059.117	3.189.747	135.244	115.991			2.012.169	2.543.866
Imposto de renda e contribuição social	(216.953)	250.530	(216.931)	(942.457)	(85.270)	(67.012)			(519.154)	(758.939)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	600.855	(511.342)	842.186	2.247.290	49.974	48.979			1.493.015	1.784.927
Lucro líquido atribuído ao controlador									1.493.015	1.784.890
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores										37
Informações adicionais										
Serviços prestados	18.494.348	16.775.618	8.213.314	7.126.238	1.131.715	679.754			27.839.377	24.581.610
Vendas			582.770	579.421					582.770	579.421
Receita de clientes externos	18.494.348	16.775.618	8.796.084	7.705.659	1.131.715	679.754			28.422.147	25.161.031
Receita entre segmentos	1.906.528	1.322.275	3.390.886	3.277.675	570.428	386.522				
Receita total	20.400.876	18.097.893	12.186.970	10.983.334	1.702.143	1.066.276				
Depreciações e amortizações	2.355.925	1.898.206	1.886.203	1.271.530	36.349	50.851			4.278.477	3.220.587
Acréscimos de imobilizado/intangível	5.928.463	3.769.102	3.595.845	2.593.483	3.342.128	113.807			12.866.436	6.476.392
Informações patrimoniais	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	88.948.794	93.726.990	17.752.541	23.571.370	3.156.732	2.765.578	(39.761.996)	(50.913.884)	70.096.071	69.150.054

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, seguem abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Internet		TV	
	2013	2012	2013	2012
Outros segmentos				
Receita de clientes externos	529.583	359.628	675.003	323.074
Receita de juros	30.785	25.514	2.795	1.120
Despesa de juros	(10.785)	(7.374)	(1.067)	(990)
Depreciação e amortização	(20.666)	(21.100)	(15.662)	(20.054)
Lucro (prejuízo) líquido	155.025	80.597	(87.550)	(111.327)
	2013	2012	2013	2012
Ativos	967.348	964.944	1.617.648	853.202

O quadro a seguir apresenta os componentes das receitas por linha de produtos.

	2013	2012
Residencial	10.302.910	8.940.965
Mobilidade pessoal	9.289.893	8.010.324
Empresarial / Corporativo	8.454.923	7.695.184
Outros serviços	374.421	514.558
Total	28.422.147	25.161.031

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
	2013	2012	2013	2012
No país sede da entidade	28.314.209	25.082.746	37.934.728	34.850.577
Em países estrangeiros	107.938	78.285	3.505.286	3.451.120
Total	28.422.147	25.161.031	41.440.014	38.301.697

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados aos fundos de pensão e aos tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	2013	2012
Ativo		
Contas a receber	422.863	204.489
BrT Call Center	5.278	3.142
BrTI	7.281	4.344
BrT CS		37
iG Brasil	7.019	3.985
BrT Multimídia	2.747	792
Oi Móvel	284.754	139.312
VANT		4
TMAR	110.323	49.838
Oi Internet	2.705	1.958
TNL PCS	2.756	1.077
Créditos com partes relacionadas	228.269	1.501
TMAR	190.976	
BrT Call Center	35.618	10
BrT Multimídia	69	15
BrTI	1.606	1.476
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	673.508	663.884
TMAR	672.522	368.424
BrT Multimídia		90.823
BrT CS		203.000
BrT Card		1.637
Oi Serviços Financeiros	986	
Outros	214.142	134.205
TMAR	68.022	40.281
TNL PCS	11.316	150
BrT Call Center	37.242	30.448
BrTI	266	266
BrT CS		94
iG Brasil	241	240
BrT Multimídia	37.358	17.645
Oi Móvel	59.697	45.081

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA	
	2013	2012
Passivo		
Fornecedores	640.874	296.715
BrT Call Center	156.860	62.089
BrT CS		47.084
iG Brasil	295	3.027
BrT Multimídia	50.789	12.042
Oi Móvel	137.106	103.866
TMAR	220.239	19.747
TNL PCS	71.306	8.880
Oi Internet	2.071	32.721
Pointer		564
Paggo Administradora	2.208	6.695
Empréstimos e financiamentos	4.203.834	3.309.802
Oi Móvel	664.498	223.875
TMAR		1.487
Oi Holanda	3.539.336	3.084.440
Debêntures	1.062.664	5.467.867
TMAR	1.062.664	879.633
TNL PCS		4.588.234
Demais obrigações	81.893	58.074
BrT Call Center	411	401
BrTI	24.915	24.915
iG Brasil	30	30
BrT Multimídia	37.196	20.048
Oi Móvel	13.247	11.790
BrT CS		10
TNL PCS	5.952	
TMAR	142	880

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Receita dos serviços prestados	497.983	467.775		52.671
BrTI	2.937	2.738		
BrT CS	71	144		
iG Brasil	5.959	7.159		
BrT Multimídia	11.552	3.049		
Oi Móvel	323.497	324.174		
VANT		300		
TMAR	111.530	106.794		47.333
Oi Internet	1.687	2.357		1.620
TNL PCS	40.750	21.060		3.718
Outras receitas operacionais	48.198	50.337		
BrT Call Center	8.637	7.296		
iG Brasil	1	1.703		
BrT Multimídia	2.310	2.552		
Oi Móvel	37.250	38.786		
Receitas financeiras	83.559	45.298		48.233
BrT Call Center	739	1		
Oi Móvel	9.729	9.919		
VANT		576		
BrTI	138	89		
BrT Multimídia	4			
TNL PCS	22.052	4.967		
TMAR	50.897	29.746		48.233

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Custos e despesas operacionais	(1.528.527)	(1.399.335)		(58.163)
BrT CS	(81.098)	(91.552)		
BrT Multimídia	(38.673)	(38.270)		
Oi Móvel	(715.768)	(682.595)		
TMAR	(78.677)	(76.673)		(15.018)
TNL PCS	(110.816)	(102.807)		(37.090)
Pointer	(2.905)	(3.897)		(808)
Paggo Administradora	(1.662)	(926)		(623)
Oi Internet	(8.618)	(40.208)		(4.624)
BrT Call Center	(488.993)	(358.710)		
iG Brasil	(1.317)	(3.697)		
Despesas financeiras	(271.264)	(663.989)		
Oi Móvel	(29.713)	(149.738)		
TNL		(6.770)		
TMAR	(89.400)	(89.515)		
Oi Holanda	(118.349)	(38.941)		
TNL PCS	(33.802)	(379.025)		

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2012 – 115% do CDI).

Debêntures privadas a pagar

Em função da Reorganização Societária, aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 9 de dezembro de 2008 e 15 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.500.000 e R\$ 2.500.000, respectivamente, subscritas pela TNL PCS, foram incorporadas pela Companhia. Os prazos finais de vencimento das debêntures eram 11 de dezembro de 2013 e 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias e remuneração de CDI + 4,0% a.a. e 115% do CDI, respectivamente.

A Companhia incorporou também debênture emitida pela TMAR, em 10 de novembro de 2010, e subscrita pela Copart 4, no valor de R\$ 999.295, com prazo final de vencimento em 10 de junho de 2022. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022. Em junho de 2012 a Companhia amortizou antecipadamente o montante de R\$ 128.386.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 74.079 (2012 - R\$ 43.172). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 425 (2012 - R\$ 492).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Contas a receber	1.179	984	19.237	11.526
Portugal Telecom	917	941	10.272	4.248
Unitel			1.855	2.278
Contax	262	43	6.540	4.930
TODO			570	
PT Inovação				70

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Fornecedores	7.195	8.461	57.626	48.214
Portugal Telecom	130	203	2.006	1.084
Contax	2	2.361	27.625	25.179
TODO	5.053	5.897	19.692	16.957
Ability				400
PT Inovação	1.697		7.384	4.523
Veotex	313		919	71
Dividendos a pagar		203.298		203.298
Telemar Participações S.A.		67.948		67.948
Bratel Brasil S.A.		69.391		69.391
AG Telecom Participações S.A.		20.274		20.274
LF Tel. S.A.		20.276		20.276
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		16.038		16.038
BNDES Participações S.A. BNDESPAR		7.120		7.120
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF		1.870		1.870
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS		381		381

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.419	2.793	42.727	48.475
Portugal Telecom	1.615	2.059	11.348	9.705
Unitel			1.116	1.085
Contax	789	686	27.383	34.296
TODO	15	48	2.169	1.319
Ability			711	2.070

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(18.493)	(25.821)	(77.652)	(119.960)
Portugal Telecom	(223)	(426)	(2.268)	(2.949)
PT Inovação			(8.559)	(4.758)
PT Sistemas de Informação			(375)	(513)
PT Comunicações			(892)	
Veotex	(1.933)		(9.642)	(7.110)
TODO	(16.337)	(25.395)	(31.742)	(59.140)
Ability			(24.174)	(45.490)

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR, Oi Móvel e TNL PCS contratam serviços de “*call center*” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 70.086 (2012 – R\$ 49.997) na controladora e de R\$ 1.602.170 (2012 – R\$ 1.279.551) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2012 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “*holding*” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 860 milhões (2012 – R\$ 2.202 milhões), na controladora e R\$ 5.916 milhões (2012 – R\$ 6.367 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 125 milhões (2012 – R\$ 186 milhões) na controladora e R\$ 464 milhões (2012 – R\$ 451 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 14.991 na controladora e R\$ 15.147 no consolidado (2012 – R\$ 14.489 na controladora e R\$ 17.205 no consolidado).

28. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “*todos os riscos*” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2013	2012
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	500.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	187.408	163.480
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão - TMAR	49.551	75.227
Garantia de concessão - Oi	16.694	28.616
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2013 (ptax): R\$ 2,3426 x US\$ 1,00

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Companhia, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa “holding” do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos “workstreams” conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril de 2013 e 12 de julho de 2013, a Companhia e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,78 bilhões. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

Desapropriação de imóvel

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Companhia.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$ 210.000 a título de indenização, apresentado na rubrica de Demais ativos. A Companhia registrou um ganho de R\$ 173.459, registrado em outras receitas operacionais.

Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016

Em 13 de agosto de 2013, a Companhia, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Companhia e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas (“Política de Remuneração”) divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

- (I) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;
- (II) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Companhia então prevalecentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“Portugal Telecom”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF Tel. S.A. (“LF”), a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”), a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. (“TelPart”) ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

- (a) Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;
- (b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;
- (c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

(e) Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior. Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A conclusão desta transação está prevista para ocorrer em 2014.

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação da TNL PCS

Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Oi Móvel (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da primeira pela segunda, sendo extinta a TNL PCS.

Oi S.A. e sociedades controladas

Anexo - Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	13.810.668	13.392.030	45.252.584	39.900.634
Descontos incondicionais e devoluções	(4.534.717)	(3.897.516)	(7.291.814)	(5.908.606)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(97.781)	(849.779)	(502.509)
Outras receitas	2.078.474	881.981	3.059.168	1.947.124
	<u>11.216.230</u>	<u>10.278.714</u>	<u>40.170.159</u>	<u>35.436.643</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(1.555.349)	(1.649.919)	(3.965.623)	(3.914.543)
Materiais e energia	(207.282)	(246.040)	(892.830)	(858.143)
Custos de mercadorias vendidas			(585.656)	(576.664)
Serviços de terceiros	(2.309.981)	(2.217.240)	(9.482.934)	(8.112.951)
Outros	(64.930)	(73.559)	(1.031.684)	(980.320)
	<u>(4.137.542)</u>	<u>(4.186.758)</u>	<u>(15.958.727)</u>	<u>(14.442.621)</u>
Valor adicionado bruto	7.078.688	6.091.956	24.211.432	20.994.022
Retenções				
Depreciação e amortização	(821.613)	(700.037)	(4.278.477)	(3.220.589)
Provisões (Inclui atualização monetária)	(171.936)	(323.677)	(628.154)	(632.649)
Outras despesas	(160.073)	(195.250)	(396.737)	(143.612)
	<u>(1.153.622)</u>	<u>(1.218.964)</u>	<u>(5.303.368)</u>	<u>(3.996.850)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.925.066	4.872.992	18.908.064	16.997.172
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.063.185	2.481.715	(17.750)	(12.880)
Receitas financeiras	543.404	1.150.927	1.375.217	2.275.106
	<u>1.606.589</u>	<u>3.632.642</u>	<u>1.357.467</u>	<u>2.262.226</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.531.655</u>	<u>8.505.634</u>	<u>20.265.531</u>	<u>19.259.398</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(329.574)	(499.034)	(1.401.480)	(1.517.035)
Benefícios	(86.798)	(82.164)	(404.991)	(310.046)
FGTS	(47.767)	(36.979)	(150.316)	(113.749)
Outros	(11.277)	(12.237)	(68.661)	(56.354)
	<u>(475.416)</u>	<u>(630.414)</u>	<u>(2.025.448)</u>	<u>(1.997.184)</u>
Impostos e taxas				
Federais	(367.539)	(123.337)	(2.242.255)	(2.096.625)
Estaduais	(1.963.448)	(2.081.849)	(7.951.660)	(7.385.323)
Municipais	(11.093)	(13.066)	(89.368)	(74.446)
	<u>(2.342.080)</u>	<u>(2.218.252)</u>	<u>(10.283.283)</u>	<u>(9.556.394)</u>

Oi S.A. e sociedades controladas

Anexo - Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>Reapresentado 2012</u>	<u>2013</u>	<u>Reapresentado 2012</u>
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(2.808.004)	(3.397.640)	(4.397.101)	(4.317.734)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	<u>(413.140)</u>	<u>(474.438)</u>	<u>(2.066.684)</u>	<u>(1.603.159)</u>
	<u>(3.221.144)</u>	<u>(3.872.078)</u>	<u>(6.463.785)</u>	<u>(5.920.893)</u>
Remuneração de capitais próprios				
Participação de acionistas não controladores				(37)
Dividendos		(416.686)		(446.222)
Lucros retidos	<u>(1.493.015)</u>	<u>(1.368.204)</u>	<u>(1.493.015)</u>	<u>(1.338.668)</u>
	<u>(1.493.015)</u>	<u>(1.784.890)</u>	<u>(1.493.015)</u>	<u>(1.784.927)</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>(7.531.655)</u></u>	<u><u>(8.505.634)</u></u>	<u><u>(20.265.531)</u></u>	<u><u>(19.259.398)</u></u>

ANEXO I

Oi S.A

Companhia Aberta

CNPJ 76.535.764/0001-43

NIRE 33.300.29520-8

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Oi S.A., em conformidade com as atribuições dispostas no Art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial da Companhia e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da KPMG e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, do qual não constarão ressalvas, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para apreciação em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Oi S.A, que será realizada até o dia 30 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014.

Allan Kardec de Melo Ferreira
Presidente

Sidnei Nunes

Umberto Conti

Manuel Jeremias Leite Caldas

Marcos Duarte Santos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/13, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014.

Zeinal Abedin Mahomed Bava
Diretor Presidente

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor

Bayard de Paoli Gontijo
Diretor

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas o Orçamento de Capital da Oi S.A., para o exercício social de 2014, no montante de R\$ 4.999.807.358,33 (quatro bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital: R\$ 4.999.807.358,33

Fontes de financiamento:

Reserva de Retenção de Lucros até R\$ 1.493.015.161,92

Recursos próprios/terceiros R\$ 3.506.792.196,41

O fluxo de investimentos (Capex) está composto conforme demonstrado a seguir:

Oi Consolidada	R\$
Telefonia Fixa	3.133.230.802
Telefonia Móvel	1.818.548.056
Outros	48.028.500
Total	4.999.807.358

A retenção do saldo remanescente do lucro líquido é necessária para a garantia da realização do orçamento de capital citado, bem como à manutenção do caixa da Companhia em um nível adequado para a continuidade de suas operações.